



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFPG
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - CCJS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO E SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL DO/A DISCENTE
TRABALHADOR/A: PARTICULARIDADES DA UFPG *CAMPUS* SOUSA**

RAÊNIA THÁIS VIRGÍNIO DE SOUSA

**SOUSA - PB
JULHO – 2018**

RAÊNIA THAÍS VIRGÍNIO DE SOUSA

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL DO/A DISCENTE
TRABALHADOR/A: PARTICULARIDADES DA UFCG *CAMPUS* SOUSA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharela em Serviço Social.

Orientador: Prof. Me. André de Menezes Gonçalves.

**SOUSA - PB
JULHO – 2018**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Biblioteca Setorial de Sousa UFCG/CCJS
Bibliotecária – Documentalista: MARLY FELIX DA SILVA – CRB 15/855

S725f Sousa, Raênia Thaís Virgínio de.
 Formação profissional em Serviço Social do/a discente
trabalhador/a: particularidades da UFCG Campus Sousa. /
Raênia Thaís Virgínio de Sousa. - Sousa: [s.n], 2018.

81 fl.

Monografia (Curso de Graduação em Serviço Social) –
Centro de Ciências Jurídicas e Sociais - CCJS/UFCG, 2018.

Orientador: Prof. Me. André de Menezes Gonçalves.

1. Serviço Social. 2. Formação Profissional. 3. Discente
Trabalhador. 4. Ensino Superior. I. Título.

RAÊNIA THAÍS VIRGÍNIO DE SOUSA

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL DO/A DISCENTE
TRABALHADOR/A: PARTICULARIDADES DA UFCG *CAMPUS* SOUSA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, campus Sousa - PB como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Data de aprovação: 25 de julho de 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. André de Menezes Gonçalves

Orientador

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Prof^a. Me. Mayéwe Elyênia Alves dos Santos

1^a Examinadora

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Prof^a. Me. Gláucia Maria de Oliveira Carvalho

2^a Examinadora

Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

“O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar”.

Marilda Vilela Yamamoto, 2004.

AGRADECIMENTOS

Essa trajetória da graduação me proporcionou experiências desafiadoras que me tornaram uma pessoa melhor e mais forte. Enfrentei várias dificuldades para chegar até aqui, contando com o apoio de algumas pessoas que jamais esquecerei. Ainda não estou onde desejo e sei que o caminho é longo, mas sou imensamente feliz e grata por cada passo percorrido e por estar exatamente encerrando um fim de um novo começo, ao qual me comprometo lutar pela construção de uma sociedade mais justa, ética e humana.

Inicialmente agradeço a Deus pela vida, pelas pessoas que amo e pela pessoa que me tornei. Por todas as bênçãos e oportunidades recebidas desde a minha existência e, por todo amor e cuidado que tem por mim, me guiando não apenas na construção deste Trabalho de Conclusão de Curso, mas ao longo de toda a minha trajetória de vida.

Agradeço à minha mãe Marly e ao meu pai José, meus heróis da vida real, toda minha gratidão! Minha mãe, a rainha do meu lar e minha melhor amiga, a quem eu devo tudo que sou hoje. Muitas vezes quando pensei em desistir, foi por ela que busquei forças para continuar. Nunca poupou suor e esforço para me ajudar, abrindo mão de seus sonhos e bem estar, para realização dos meus. Nada disso seria possível se não fosse você, minha base e fonte de inspiração para eu seguir na caminhada, obrigada por todo amor. Meu pai, exemplo de coragem e determinação, a você serei eternamente grata por tudo que fez e faz para me ajudar, por todos os ensinamentos, amor, cuidado e respeito que tem por mim. Amo vocês!

À minhas duas irmãs Rayana e Romana, minhas primeiras referências de amizade e companheirismo, sempre presentes em todos os momentos. Apesar das nossas diferenças, o amor, a confiança e o cuidado prevalecem entre nós. Deus me presenteou com as melhores irmãs do mundo, sou imensamente grata por ter vocês ao meu lado. À minha sobrinha Laís, a princesinha da minha vida, que me ensina todos os dias o verdadeiro significado das palavras amor e carinho. Por me ensinar que todas as coisas são melhores quando partilhadas com quem amamos. Ao meu cunhado Romério, que apesar das divergências, contribuiu em alguns momentos que muito precisei de ajuda.

À minha tia Maria do Céu, uma segunda mãe, pessoa que também me ajudou bastante, não só durante a graduação, mas ao longo de toda a vida. Sempre me apoiou e aconselhou para o bem. Nunca esquecerei todos os esforços que tem feito por mim.

Aos amigos que conquistei durante a vida acadêmica, compartilhando momentos felizes e dias difíceis. Em especial, à Dayane, Estefane, Fernanda, Jéssica e Márcia pelos momentos de alegrias, pela amizade, sinceridade, sorrisos e conversas compartilhadas durante esses quatro anos, amizades às quais levarei para a vida.

Não poderia esquecer o enorme agradecimento ao meu grande amigo Israel, que teve suas contribuições na minha graduação. É um ser humano especial e de grande valor, que tenho maior orgulho de fazer parte do seu ciclo de amizade, mesmo sem termos nos visto pessoalmente. Agradeço à Manuela, minha grande amiga de vida, por todo apoio, carinho e incentivo.

Gratidão a toda minha família, meus/as tios/as, primos/as, meu padrinho Valdemar e minha madrinha Lurdes por torcerem pela realização desse sonho. Em especial, à minha prima Ricélia e ao seu esposo Claudenor, pessoas maravilhosas, de um valor imensurável, que nunca mediram esforços para me ajudar. Às minhas primas Kalyanne que mesmo distante se faz presente em todos os momentos marcantes da minha vida, Juliana pelos momentos vivenciados, conselhos, compreensão e por todo carinho que tem por mim e Margarida que me ajudou em um dos momentos que mais precisei, demonstrando o quanto se preocupa comigo.

Aos meus avós maternos, que não estão mais presentes fisicamente, mas cuidaram de mim e continuam cuidando junto do Senhor. Ensinaram-me muito sobre amor e fé. Permanecerão para sempre no meu coração. À minha avó paterna por acreditar na minha capacidade e sempre me incentivar a seguir em frente.

Ao corpo docente do curso de Serviço Social da UFCG campus Sousa, que contribuíram com a formação do meu conhecimento. A vocês o meu agradecimento por terem sido pessoas fundamentais nesse processo.

Ao meu orientador, Prof. André Menezes, ao qual tenho uma enorme admiração, que com bastante paciência, dedicação e compromisso, contribuiu imensamente para materialização deste trabalho.

Agradeço também as professoras convidadas para a banca examinadora, Gláucia Oliveira e Mayéwe Elyênia, pela disponibilidade e competência, trazendo contribuições de total relevância para finalização desse processo.

Por fim, aos sujeitos da pesquisa, pela importante participação nas entrevistas. Foram peças fundamentais para a obtenção dos resultados. Não seria possível alcançar o objetivo sem a colaboração de vocês.

RESUMO

O presente trabalho consiste em compreender as particularidades da formação profissional do/a discente trabalhador/a do curso de Serviço Social no âmbito da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), *campus* Sousa – PB, analisando se esta possibilita a permanência desses/as discentes no referido curso, bem como a participação nas atividades extra sala de aula de ensino, pesquisa, extensão e no estágio curricular supervisionado. A investigação é baseada no método crítico-dialético, utilizando-se da pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e de campo. Os sujeitos da pesquisa foram os/as docentes e os/as discentes trabalhadores/as do Curso de Serviço Social da citada Instituição. A análise deste trabalho busca uma maior compreensão acerca do processo de privatização e mercantilização do ensino superior na contemporaneidade, devido à ofensiva neoliberal, rebatendo na formação profissional em Serviço Social para a consolidação do Projeto Profissional resguardado pelas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Mediante isto, verifica-se que essa problemática, na dinâmica da UFCG, impõe uma série de desafios à formação profissional do/a discente trabalhador/a, tendo em vista a falta de organização da Política de Assistência Estudantil em relação às demandas e à forma como a Universidade está estruturada para o recebimento e acompanhamento dos/as estudantes ao longo do processo de formação.

Palavras-chave: Expansão do Ensino Superior; Formação Profissional em Serviço Social; Discente Trabalhador/a.

ABSTRACT

This present work it's about the understanding of the vocational issues in the training of the student worker of the Social Service course at the Federal University of Campina Grande in Sousa - PB campus, having the objective to analyze if this makes possible the permanence of these students in said course, as well as participation in extra classroom teaching, also research, extension and supervised curricular internship activities. The research is based on the critical-dialectical method, using exploratory bibliographical research. The subjects of the research were the teachers and the student workers of the Social Service course of the mentioned Institution. The analysis of this work seeks a greater understanding about the process of privatization and mercantilization of higher education in contemporary times, due to the neoliberal offensive, rebating in the professional formation in Social Service, for the consolidation of the Professional Project protected by the Curricular Guidelines of the Brazilian Association of Education and Research in Social Service. Therefore, it's verified that the problem in the dynamics of the UFCG, imposes a series of challenges to the vocational training of the student worker, in view of the lack of organization of the Student Assistance Policy in relation to the demands and how the University is structured to receive and follow the students throughout the training process.

Work Keys: High School Expansion; High professional performer in Social Service work; Worker Student.

LISTA DE SIGLAS E/OU ABREVIATURAS

ABEPSS: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS: Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
CBAS: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CBCISS: Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social
CEAS: Centro de Estudos e Ação Social
CEDEPSS: Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CFESS: Conselho Federal de Serviço Social
EAD: Ensino à Distância
ENEM: Exame Nacional de Ensino Médio
ENESS: Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social
FHC: Fernando Henrique Cardoso
FIES: Fundo de Financiamento Estudantil
GPEMSS: Grupo de Estudos de Pesquisas Marxistas em Serviço Social
INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros
MEC: Ministério da Educação
MG: Minas Gerais
PB: Paraíba
PNE: Política Nacional de Estágio
PR: Paraná
PPC: Projeto Pedagógico do Curso
PROUNI: Programa Universidade Para Todos
RAPS: Rede de Atenção Psicossocial
REUNI: Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RJ: Rio de Janeiro
RU: Restaurante Universitário
UEL: Universidade Estadual de Londrina
UFMG: Universidade Federal de Campina Grande

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: PERCURSOS METODOLÓGICOS	14
1.1 O Objeto de Estudo em Foco: particularidades da formação profissional do discente trabalhador na UFCG <i>campus</i> Sousa.....	14
1.2 Elementos para Compreender a Pesquisa de Campo.....	18
1.3 Serviço Social e o Processo de Investigação Social.....	24
CAPÍTULO II: GÊNESE E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO.....	27
2.1 Surgimento e Processo de Profissionalização do Serviço Social no Brasil.....	27
2.2 A Entrada do Serviço Social no Circuito Universitário e o seu Processo de Renovação Profissional.....	36
2.3 A ABEPSS e o seu Projeto Pedagógico.....	40
CAPÍTULO III: A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL DO/A DISCENTE TRABALHADOR/A NA UFCG do MUNÍCIPIO DE SOUSA – PB	46
3.1 Reflexões para Compreender o Processo de Mercantilização do Ensino Superior.....	46
3.2 Limites e Possibilidades Impostos à Formação Profissional em Serviço Social.....	53
3.3 Particularidades do Curso de Serviço Social na UFCG de Sousa- PB.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS	
APÊNDICES	

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, **“Formação Profissional em Serviço Social do/a Discente Trabalhador/a: Particularidades da UFCG Campus Sousa”** consiste em analisar as condições oferecidas pela instituição a respeito da permanência do/a estudante trabalhador/a no curso e da sua participação no tripé educacional de ensino, pesquisa, extensão e no estágio curricular supervisionado, em vista dos múltiplos desafios postos ao Serviço Social no cenário contemporâneo.

Para que melhor se compreenda o processo de investigação, é necessário definir o que se pretende pesquisar e qual motivo despertou o interesse sobre o tema escolhido, destacando a importância da sua análise de modo a contribuir na construção de conhecimentos do/a pesquisador/a e dos demais sujeitos envolvidos, num contexto de transformações ocorridas em uma sociedade que visa os interesses do capital.

Numa sociedade extremamente complexa, são inúmeros os assuntos que constituem a nossa realidade, principalmente quando o maior objetivo é a obtenção da lucratividade. Porém, isso não significa que a escolha do tema se deu de forma aleatória e sim a partir de vivências com os/as estudantes que estão na condição de trabalhadores/as, em meio às contradições da sociabilidade capitalista. Dessa forma, despertou o interesse de investigar como a Universidade se organiza em relação ao processo formativo em Serviço Social do/a aluno/a que trabalha.

Este trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro, intitulado **“Percursos Metodológicos”**, disserta sobre o objeto de estudo em questão, expondo trilhas metodológicas a partir da sua problematização, justificativa e relevância no processo da pesquisa.

Serão apresentados elementos que mostram de que forma ocorreu a aproximação com o objeto, o perfil dos/as sujeitos/as entrevistados/as e a descrição da realidade local onde foi desenvolvida a pesquisa. Abordaremos também, quais são os objetivos, qual a metodologia e o método que direcionou toda a investigação, bem como os instrumentos e técnicas utilizadas nesse processo, de modo a situar a formação e o exercício profissional em Serviço Social.

Utilizamos o método crítico dialético para buscar compreender a essência do objeto em suas múltiplas concepções, visto que o percurso tem como base um estudo por meio de uma problematização posta em uma determinada realidade na sociedade, a fim de alcançar os conhecimentos necessários para dar início a pesquisa. Foi utilizada a abordagem quanti-qualitativa e a pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e de

campo que possibilita uma maior aproximação entre o investigador/a e a problemática e extrair dados necessários a partir da concepção dos autores e da realidade local, para obter os resultados almejados.

No segundo capítulo, designado por “**Gênese e Formação Profissional do Serviço Social Brasileiro**”, será exposto o marco histórico do Serviço Social no Brasil, desde as primeiras formas de atuação do/a Assistente Social, desenvolvidas por práticas de caráter filantrópico e benemerente junto com a Igreja Católica a fim de responder os problemas sociais, até os dias de hoje como um profissional viabilizador/a das políticas de direitos aos cidadãos que necessitarem, destacando como ocorreu a entrada do Serviço Social no circuito universitário, a fim de melhor compreender os avanços e retrocessos impostos nesse contexto.

Também falamos da importância da ABEPSS e sua ligação com o Projeto Profissional do Serviço Social articulado as Diretrizes Curriculares, buscando a consolidação de um projeto ético político capaz de nortear a profissão em meio às várias dificuldades em uma sociedade de classes com interesses antagônicos.

O capítulo III é denominado “**A Formação Profissional em Serviço Social na UFCG do Município de Sousa – PB**” que apresenta a pesquisa e as análises das falas dos/as sujeitos/as entrevistados/as, mostrando elementos necessários para a compreensão do/a leitor/a acerca dos desafios que perpassam a formação profissional do/a discente trabalhador/a em Serviço Social na UFCG.

Para isso, será abordado o processo de privatização e mercantilização do ensino superior na atualidade, que conseqüentemente ocasionou uma expansão dos cursos, com o objetivo de gerar lucros ao capital, implicando diretamente na formação profissional em Serviço Social, por ter um projeto ético político que corre risco devido à forma como as instituições se organizam. A partir disso, trouxemos para as particularidades do curso de Serviço Social no âmbito da UFCG, por ser uma universidade pública, que está inserida num contexto de contradições pela lógica neoliberal, impactando no processo de ensino-aprendizagem, principalmente do/a discente trabalhador/a, no que diz respeito à estrutura da universidade para a garantia da oferta do ensino de qualidade e da permanência dos/as estudantes no curso.

Ao final, esperamos que o/a leitor/a possa compreender os desafios que se colocam frente à formação profissional em Serviço Social na sociedade capitalista permeada de desigualdades, a fim de contribuir para o seu desenvolvimento crítico em debates sobre esta temática e entender a relevância de um ensino de qualidade na formação profissional do/a discente, sendo necessário o fortalecimento de lutas sociais

que busque a implantação de uma Política Educacional capaz de analisar a realidade de todos/as os/as universitários/as.

Finalizamos esta pesquisa não como o encerramento de um trabalho de conclusão de curso, mas, como um estudo que está em construção e que deve ser aprimorado de acordo com a dinâmica da realidade social, visando sempre contribuir para o desenvolvimento de lutas pela defesa de uma formação profissional qualificada e comprometida com o/a aluno/a.

Boa leitura!

CAPITULO I

PERCURSOS METODOLÓGICOS

O Presente capítulo possui três tópicos, sendo que no primeiro apresentaremos o objeto de estudo através de uma breve descrição do lócus da pesquisa, apontando quais os principais elementos que nos conduziram até o processo investigativo sobre a realidade dos/as discentes trabalhadores/as do curso de Serviço Social da UFCG de Sousa-PB, bem como os objetivos a serem alcançados e a importância de estudar a temática.

O segundo momento tratará dos caminhos e percursos metodológicos utilizados para desenvolver a pesquisa, com a finalidade de apresentar ao/a leitor/a os métodos adotados para a obtenção dos resultados, a partir da problemática em questão, como também o perfil, a quantidade e os critérios de escolha dos/as sujeitos/as para a realização da pesquisa.

No item três, foi realizada uma discussão acerca da relevância desta pesquisa e da dimensão investigativa no processo de formação e no exercício profissional do Serviço Social. Neste mesmo tópico também foi abordada a dimensão ética da profissão e a relação do Serviço Social com o objeto de estudo.

1.1 Objeto de Estudo em Foco: particularidades da formação profissional do/a discente trabalhador/a na UFCG *campus* Sousa

O objeto de estudo da presente investigação é a formação profissional do/a discente trabalhador/a do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG *campus* Sousa. Objetiva compreender como ocorre esse processo em vista das condições oferecidas pela instituição para a garantia da permanência do/a estudante no curso e sua participação nas atividades extra sala de aula, a exemplo do ensino, pesquisa, extensão, do estágio e da monitoria.

O desejo em discorrer sobre este tema partiu das vivências com estudantes trabalhadores/as que, em seu processo de formação profissional, apresentavam dificuldades pela falta de tempo para participar das atividades que contribuem para o processo de aprendizagem, tornando-se dificultoso para o/a estudante ter que sair da universidade diretamente para o trabalho que acontece em períodos vespertino e noturno, e ainda poder participar de outras atividades extra sala de aula. Isso me despertou o interesse de conhecer e analisar a realidade desses/as discentes trabalhadores/as, se e como eles/as conseguem

conciliar o ensino e o trabalho, e se a universidade oferece condições para contribuir com a sua permanência no curso.

Essas vivências possibilitaram entender que a formação profissional ocorre para além da sala de aula, pois como foi dito, o curso de Serviço Social da UFCG de Sousa oferece atividades extra sala de aula que são de extrema importância para a construção de diversos conhecimentos ao longo desse percurso, em que os/as discentes que necessitam de um trabalho como meio de sobrevivência precisam conciliar o ensino e as atividades laborais, e acabam, muitas vezes, aderindo aos cursos de instituições privadas ou à distância em meio a essas dificuldades, principalmente no estágio curricular supervisionado que é obrigatório.

Por isso, a importância da pesquisa sobre o tema apresentado no âmbito teórico-acadêmico torna-se relevante, uma vez que o curso de Bacharelado em Serviço Social da UFCG *campus* Sousa-PB foi criado no ano de 2009, possuindo oito anos de existência, consideravelmente novo, e tem como propósito o compromisso de assegurar aos/as discentes uma ampla formação teórica, metodológica, ética, e política possibilitando uma análise crítica acerca da realidade social.

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social - PPC, vigente desde 2013, o mesmo conta com a duração de quatro anos distribuídos em oito períodos, com o total de carga horária equivalente à 3000 horas, apenas durante o período matutino, oferecendo 50 vagas com aulas presenciais das segundas às sextas-feiras (UFCG, 2013).

A distribuição da carga horária acontece com o limite máximo de créditos ofertado por período que são de 24 (vinte e quatro) e com o limite mínimo de 18 (dezoito) créditos em cada período, sendo que no sexto e no sétimo períodos são exigidos 30 (trinta) e 28 (vinte e oito) créditos, devido o Estágio Curricular Supervisionado que possui carga horária de 300 horas distribuídas entre o estágio supervisionado I (150 horas) e estágio supervisionado II (150 horas).

O curso também oferece como atividades complementares, o projeto educacional de ensino, pesquisa e extensão, que dispõe de 03 (três) projetos de extensão, 02 (dois) projetos de pesquisa, 05 (cinco) monitorias, que geralmente acontecem em horários opostos aos horários das aulas.

No oitavo período o mínimo de créditos exigidos passa a ser 12 (doze), em virtude de que os estudantes estarão em processo de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, que possui o total de (04) quatro créditos e conta com uma carga horária de 60 horas.

O quadro docente do curso atualmente é composto por 11 (onze) professores/as, sendo 08 (oito) das áreas específicas de Serviço Social e 03 (três) das áreas afins, de Filosofia, História e Psicologia, destes/as, 08 (oito) são efetivos/as e 03 (três) são substitutos/as, em que 02 (duas) encontram-se afastadas, uma sendo efetiva e a outra substituta. Dentre esses/as professores da área de Serviço Social, uma está sob a coordenação do curso, e um como coordenador do estágio curricular supervisionado.

Conforme consta no PPC, o corpo docente tem como atribuições, contribuir para a consolidação do perfil profissional posto pelas diretrizes curriculares, zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo, indicar formas de incentivo ao desenvolvimento dos projetos de pesquisa e extensão de acordo com as necessidades de graduação, de exigências do mercado de trabalho, políticas públicas relativas às áreas de conhecimento do curso e se comprometer com a qualidade da graduação oferecida ao/a discente. É importante ressaltar que o desenvolvimento do trabalho dos docentes só poderá obter os resultados desejados se houver apoio da Coordenação (UFCG, 2013).

Ainda de acordo com o PPC, o curso é ofertado pelo Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e aprovado pelo Ministério da Educação (MEC), tendo como objetivo proporcionar a facilitação do acesso e permanência de estudantes no ensino superior público, no qual a universidade garante aos/às discentes um amplo ensino teórico, metodológico, ético e político para uma análise crítica da realidade.

Para ter uma melhor compreensão, o Reuni é um programa que foi ofertado no governo Lula, como também no governo Dilma, em que houve uma expansão do ensino superior com o aumento de estudantes inseridos/as nas instituições que antes não tinham condições de acesso a esse nível de ensino. Porém, essa expansão também ocorre de forma mercantilizada¹, com o surgimento de cursos em instituições privadas e a distancia, visando atender aos interesses do capital.

Diante do contexto em que se encontram esses/as estudantes, foi necessário compreender a partir dos objetivos específicos como ocorre o processo de ensino-aprendizagem do/a discente trabalhador/a na UFCG, *Campus Sousa*. Buscando analisar como o curso de Serviço Social garante ao/à discente trabalhador/a sua participação nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e monitoria, e por fim, investigar quais foram os desafios vivenciados no desenvolvimento do estágio curricular supervisionado em Serviço Social pelo/a discente trabalhador/a.

A proposta investigativa analisa inicialmente como sucedeu a expansão do ensino superior do curso de Serviço Social que permitiu parte da classe trabalhadora ingressar no circuito universitário no âmbito público e no privado, com aulas presenciais e à distância, sabendo que essa expansão ocorre de forma mercantilizada, em que se observa a expansão do curso superior em instituições de rede privada e à distância gerando lucros ao capital e, comprometendo a qualidade do ensino oferecido ao/à discente por a ausência do projeto

¹ Entende-se por mercantilização do ensino superior a expansão e privatização dos cursos superiores, que transforma a Educação em mercadoria para a obtenção de lucros ao capital. Pois, conforme Pereira, “no contexto de reação burguesa à crise no padrão de acumulação capitalista, o ensino superior torna-se, portanto, mais um espaço estratégico de abertura de novos mercados para o processo de valorização do capital, principalmente nos países periféricos, e de esvaziamento do pensamento crítico no interior da Universidade” (2006, p. 20).

educacional de ensino, pesquisa e extensão, como também do estágio supervisionado, que conseqüentemente pode formar um perfil de profissional empobrecido em conhecimentos.

Do ponto de vista dialético-pedagógico, o ensino à distância reconfigura completamente a formação, visto que descentra a figura do professor e cria um novo sujeito: o “tutor”. Outro ponto fundamental diz respeito à nula vivência acadêmica do aluno: sua formação restringe-se ao ensino “tutorial”, não abarcando as dimensões fundamentais da pesquisa e extensão. Consideremos ainda a não proximidade deste aluno com os movimentos coletivos, como o movimento estudantil (PEREIRA, 2009, p. 274).

Por seguinte, a pesquisa analisa como grande desafio a garantia não só do acesso, mas da permanência do/a discente trabalhador/a no curso de Serviço Social da UFCG, em que boa parte dos/as discentes trabalham para conseguir meios de sobrevivência, e devido a grande precarização nesse cenário contemporâneo, o ensino na universidade pode enfrentar desafios para garantir a permanência dos/as mesmos/as no curso. A pesquisa investigou como o/a discente trabalhador/a da UFCG consegue conciliar trabalho, ensino, pesquisa, extensão e estágio supervisionado e quais as condições da universidade em oferecer o processo de ensino-aprendizagem em consequência da realidade desses/as discentes.

Isso se apresenta como desafios à esses/as discentes ao longo desse processo, sendo preciso analisar se existem recursos suficientes para suprir as necessidades da instituição, na contratação de professores para ministrarem as disciplinas ofertadas pelo curso, se existe escassez de campos de estágios supervisionados, se a instituição consegue oferecer o processo de ensino-aprendizagem em outros horários que os/as discentes possam conciliar com o trabalho, dentre outros aspectos.

É notório que o curso de Serviço Social da UFCG *campus* Sousa tem avançado mesmo diante dos desafios da atual conjuntura, em viabilizar o estágio supervisionado e o projeto educacional de ensino, pesquisa e extensão, para enriquecer a formação profissional diante das condições objetivas oferecidas pela universidade.

Não se pode negar a importância que o ensino superior se desenvolva em vista das grandes demandas apresentadas na contemporaneidade, porém, isso não deve acontecer de maneira excludente, e sim que possibilite a participação de todos/as discentes nas atividades oferecidas pelo curso que são de suma importância para uma formação profissional de qualidade junto com um posicionamento crítico, buscando analisar a realidade de cada um, para que todos/as possam ter o acesso, sem comprometer suas obrigações fora da instituição.

Essa pesquisa irá contribuir intelectualmente para a construção de conhecimentos, tanto dos/as discentes e professores que serão pesquisados/as, pois os/as fazem refletir sobre a precarização do ensino diante desses desafios que enfrentam no contexto em qual estão inseridos/as, como daqueles/as estudantes que buscam o acesso à educação superior, para estarem cientes das dificuldades que serão encontradas no percurso acadêmico e saber que diante de um cenário onde o capital mantém o poder, devem lutar por uma formação de qualidade podendo superar os desafios impostos pela sociedade capitalista.

Para melhor compreensão da discussão, traremos no próximo tópico a definição do objeto, os sujeitos da pesquisa e todos os passos metodológicos, a fim de entender como ocorre o trabalho de campo e os desafios que são postos ao investigador nesse processo de pesquisa desenvolvida na UFCG da cidade de Sousa-PB.

1.2 Elementos para Compreender a Pesquisa de Campo

A pesquisa é um elemento de suma importância para o desenvolvimento de conhecimentos no processo de estudo do objeto, com a finalidade de conhecer a realidade do sujeito investigado. A pesquisa social é uma forma de analisar os múltiplos complexos da realidade da sociedade com uma perspectiva mais ampla a partir de um método científico para a obtenção de melhores resultados, buscando compreender o sujeito no contexto em que está inserido, que como frisa Gil “Pode-se definir pesquisa social como um processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social” (2009, p. 26).

Neste trabalho, a pesquisa delinea aspectos teóricos, metodológicos e políticos que buscam apresentar o objeto de estudo através de uma investigação que possibilita analisar a realidade do sujeito não apenas em sua aparência de onde se inicia o processo de conhecimento, como também na sua essência, cuja base é apreender o movimento do real do objeto investigado. Ou seja, no processo da pesquisa, o investigador “tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão que há entre elas” (MARX, 1968, p. 16).

Dentro dessa perspectiva, temos a pretensão de contribuir qualitativamente para o conhecimento de todos/as que se mostrarem interessados/as em conhecer a realidade do/a discente trabalhador/a da UFCG de Sousa-PB, que se dará por meio das informações colhidas durante o processo de investigação da pesquisa, tendo como uma das lentes de análise a teoria crítica marxista que é capaz de apreender as contradições socioeconômicas e políticas da realidade.

Escolhemos desenvolver no processo de investigação mecanismos que possibilitassem um diálogo entre o investigador e o sujeito investigado, a fim de uma melhor compreensão dos dados. Utilizamos o método crítico dialético para enriquecer a análise, sobre as dificuldades enfrentadas pelos/as estudantes no cotidiano da formação profissional no cenário contemporâneo, em que este:

Busca arrancar da forma empírica do fenômeno a raiz histórica de sua constituição, os processos que os constituíram e este enquanto participe dos processos. Enfim, a concepção dialética determina a intenção e a ação de compreender as condições que engendram os processos históricos e os sujeitos destes processos nas suas particularidades e processos (PONTES, 2007, p. 66).

A perspectiva metodológica adotada na pesquisa é o método crítico dialético, visto que o percurso tem como base um estudo a partir da problematização de uma posta realidade construída na sociedade, possibilitando ao/a pesquisador/a extrair do objeto de pesquisa suas múltiplas concepções, fornecendo as bases para uma melhor interpretação da realidade na sua totalidade. Nesse sentido, o método crítico dialético é capaz de “analisar os contextos históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais” (MINAYO, 2011, p. 24).

A escolha desse método se deu pela visão de mundo, em que podemos fazer uma reflexão do objeto construído pelo método de Marx partindo do concreto para alcançar o “concreto pensado²”, que de acordo com Marx “As verdades científicas serão sempre paradoxais se julgadas pela experiência de todos os dias, a qual somente capta a aparência enganadora das coisas” (1982, p. 158).

É o método que é capaz de tecer uma análise acerca do objeto real, buscando ultrapassá-lo, com o intuito de se aproximar das definições que o envolvem, isto é, somente por meio de uma análise mais aprofundada do objeto é que será possível o/a investigador/a compreender e explicar a realidade social para alcançar os resultados desejados, valendo-se da teoria social crítica, em que irá reproduzir no pensamento através do método que utilizará e só assim poderá descrever o movimento da realidade analisada para poder traçar medidas de intervenção por meio dos dados coletados.

O estudo tem como objetivo analisar a realidade para além do que está apresentado, buscando compreender o objeto na sua essência através da sua problematização, com vista na relação diversa entre o sujeito e o objeto. Por isso, o papel do sujeito é de fundamental importância no processo da pesquisa, uma vez que o/a investigador/a foi dotado de criticidade para que pudesse buscar na raiz do objeto os conhecimentos necessários para conhecer a estrutura e a dinâmica do real e assim alcançar os resultados.

Cada investigador/a tem uma concepção diferente sobre a análise de uma determinada realidade, em que para buscar compreendê-la na sua essência será preciso aprofundar-se melhor no tipo de pesquisa que deseja realizar. O método de Marx não é um conjunto de regras ao qual o/a pesquisador/a deve escolher para aplicar na pesquisa, portanto é necessário que o/a investigador/a coloque-se diante da realidade estabelecendo uma relação com o objeto, por meio de uma visão crítica e compreensiva, e não apenas acerca daquilo que está posto, a fim de trazer a causa do surgimento da problemática para que assim possa alcançar os conhecimentos precisos e dar início a sua pesquisa.

² Processo para compreender a realidade em sua totalidade no plano ideal para descrever o movimento do real a partir das suas mais diversas formas, em que o investigador busca apreender as múltiplas determinações do objeto a partir da sua totalidade na realidade concreta. Portanto, o concreto pensado é a idealização das múltiplas determinações do objeto real.

Para tanto, a pesquisa deve ser realizada por meio de um método e concretizada conforme a utilização de técnicas apropriadas para que o/a investigador/a possa compreender a complexidade das múltiplas concepções em torno do objeto e o contexto no qual ele está inserido. Somente a partir desse processo nos torna possível entender e refletir a dinâmica do objeto em sua realidade. “A pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 155).

A pesquisa aqui proposta é de natureza quanti-qualitativa para que o/a investigador/a obtenha uma melhor compreensão e descrição dos resultados da pesquisa de um número específico de entrevistados, sendo que a pesquisa qualitativa não exclui de forma alguma a quantitativa, uma vez que ambas são importantes para a análise do objeto, tendo em vista que “a diferença entre abordagem quantitativa e qualitativa é de natureza e não de escala hierárquica” (MINAYO, 2009, p. 22).

O processo de coleta de dados envolve a pesquisa quantitativa por exigir a definição de um determinado número de entrevistados/as e um recorte de tempo, como também a pesquisa qualitativa para que se possa analisar, descrever e explicar os significados, as visões e concepções dos diversos sujeitos envolvidos no processo investigativo.

Foi utilizada a pesquisa bibliográfica de caráter exploratório que possibilitou uma aproximação com a realidade dos/as estudantes trabalhadores de Serviço Social da UFCG campus Sousa, a partir da concepção dos autores e de suas contribuições no processo da pesquisa, dando sustentação a argumentação e fundamentação teórica, que como frisa Gil “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (2008 p. 50).

A pesquisa bibliográfica objetiva abordar concepções de diversos autores que trazem contribuições sobre um determinado assunto já elaborado anteriormente relacionado ao tema escolhido, a partir de livros, teses e artigos científicos, que são considerados importantes no conceito da atualidade, permitindo que o/a pesquisador/a alcance definições do movimento do real em sua forma mais vasta (GIL, 2009).

A pesquisa de caráter exploratório possibilita ao/a investigador/a ampliar sua experiência em torno de uma problemática posta, portanto, ao analisar a pesquisa exploratória Trivinõs (2013) afirma que “o pesquisador planeja um estudo exploratório para encontrar os elementos necessários que lhe permitam, em contato com determinada população, obter os resultados que deseja”. (p. 109). Desenvolvendo uma aproximação com o problema sob uma visão mais geral e coletando os dados necessários de uma determinada realidade para alcançar os resultados.

O recurso utilizado para coleta de dados se deu por meio da pesquisa de campo, que tornou possível a compreensão de informações importantes sobre o objeto pesquisado,

utilizando-se da técnica de entrevistas semiestruturadas, isto é, questionamentos básicos baseados em teorias relacionadas ao tema que será investigado. As respostas dadas pelos sujeitos da pesquisa a partir dos questionamentos servirão como base para novas hipóteses, que como frisa Trivinões, esse tipo de entrevista “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” (TRIVINÕES, 1987, p. 152).

Para a realização da entrevista semiestruturada foi utilizado o uso do roteiro, do formulário e do gravador de voz para uma análise qualitativa das informações coletadas, que tem como finalidade registrar as falas dos/as entrevistados/as, consistindo de forma individual, sem interferência de terceiros, tendo como esclarecido a questão da ética no percurso das entrevistas em proteger os sujeitos e suas informações, mantendo o sigilo profissional ao longo de suas falas, por meio do termo de livre consentimento³.

Como já foi dito no item anterior, o curso ocorre no período matutino, com aulas presenciais das segundas às sextas-feiras e oferece aos/às discentes atividades extra sala de aula, como estágio curricular supervisionado, projeto de extensão, projeto de pesquisa, e monitoria.

Em conversa com a coordenadora do curso, obtive determinadas informações, que segundo ela, o ano letivo de 2017.2 conta com a presença de 161 (cento e sessenta e um) estudantes ingressados/as no curso, em que 21 (vinte e um) destes/as trabalham e apresentam como desafios a participação nessas atividades complementares.

Sobre o Estágio Curricular Supervisionado, é um elemento complementar obrigatório que se configura a partir da inserção do/a aluno/a na instituição, ao qual vai ter o seu primeiro contato com a prática profissional, estando sob supervisão de campo e acadêmica, e tem como objetivo capacitá-lo/a, para que o/a mesmo/a venha exercer o seu trabalho profissional, intervindo com criticidade diante da problemática apresentada na sociedade.

De acordo com o PPC, o Estágio Curricular Supervisionado da UFCG de Sousa possui carga horária de 300 horas distribuídas entre o estágio supervisionado I (150 horas) no sexto período e estágio supervisionado II (150 horas) no sétimo período. Conforme o coordenador de estágio, atualmente o curso dispõe de 14 (quatorze) campos, no qual 24 (vinte e quatro) discentes estão inseridos neles e destes/as 06 (seis) trabalham.

Com relação aos projetos de extensão, o curso possui 03 (três) projetos que são de grande relevância para a formação profissional do/a discente, pois possibilitam que o/a mesmo/a adquira mais conhecimentos para além da sala de aula, contribuindo qualitativamente

³ É um termo utilizado como fonte de esclarecimento que possibilita ao/à participante no processo da entrevista adotar todas as medidas cabíveis para protegê-los de quaisquer constrangimentos relativo à pesquisa. Em que todos os itens do protocolo devem está de forma clara, para que sejam entendidos por todos os/as participantes no decorrer do processo da entrevista.

em seu processo de ensino-aprendizagem, para que se comprometa com a transformação da realidade social.

Dentre esses projetos, está o projeto de extensão Assistência Jurídico e Acompanhamento Sociofamiliar aos Apenados da Colônia Penal Agrícola de Sousa-PB, coordenado pelo Professor Mestre do curso de Serviço Social André de Menezes Gonçalves, que dispôs de 07 vagas para os discentes do curso de Serviço Social, 06 (seis) como voluntários/as e uma como bolsista, destes/as discentes 02 (duas) trabalham. Esse projeto apresenta como objetivo promover assistência jurídica e sociofamiliar aos apenados e seus familiares, junto a prática dos/as discentes que receberão orientações necessárias para realizarem os acompanhamentos.

O curso também conta com o projeto de extensão (Re)conhecendo a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) de Sousa - PB: Intersetorialidade e direitos humanos, coordenado pelo Professor Ms. Reginaldo Pereira França Junior, que tem a participação de 13 (treze) discentes de Serviço Social, 11 (onze) como voluntários/as e (02) dois como bolsistas, com o total de 04 (quatro) discentes trabalhadores/as. O objetivo do projeto é desenvolver ações voltadas à atenção integral e garantidora do acesso às pessoas com transtornos mentais através dos serviços e profissionais; acolhimento e fortalecimento de vínculos com os familiares e/ou responsáveis.

Outro projeto de extensão é o de Serviço Social em Movimento: mobilização popular e práticas educativas junto à movimentos sociais e organizações populares, coordenado pela Professora Ms. Maria Clariça Ribeiro Guimarães. Estão inseridos/as nesse projeto 09 (nove) discentes de Serviço Social, sendo 07 (oito) voluntárias e duas bolsistas, com o número de 04 (quatro) discentes trabalhadoras. O Projeto objetiva apoiar os movimentos sociais e organizações populares de Sousa, tendo como público alvo movimentos feministas, associações, movimentos de LGBT"s, negros e jovens.

O curso dispõe do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas em Serviço Social (GPEMSS), tendo como Líder o Prof. Ms. Reginaldo Pereira França Júnior. O GPEMSS possui dois projetos de pesquisa, que são eles: I) "A Particularidade Socioeconômica e Cultural do Município de Sousa da UFCG" coordenado pela Profa. Ms. Tatiana Raulino de Sousa e II) "Processo de Elaboração e Implantação do Curso de Serviço Social da UFCG" coordenado pela Profa. Ms. Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa. Estão inseridos/as nesses projetos 04 (quatro) discentes, 02 (dois) para cada projeto, destes/as nenhum/a trabalham. O objetivo dos projetos é analisar a particularidade socioeconômica e cultural do município de Sousa e sua relação com o surgimento do curso de Serviço Social no referido município.

Também se configura como atividade complementar ao curso as monitorias de ensino, que possuem caráter voluntário ou bolsista, podendo computar 30 horas de Carga Horária Individual e no máximo 60 horas de Carga Horária Total. As disciplinas ofertadas para monitorias são: Psicologia Social e Política de Proteção à Criança e ao Adolescente, Formação

Social do Brasil e Desenvolvimento Regional, Política Social I e II, Economia Política e Movimentos Sociais, Sociologia I e II, Metodologia da Pesquisa e Pesquisa em Serviço Social, Serviço social III e IV. Porém, atualmente o total de monitorias são 05 (cinco), com 12 (doze) discentes participantes, 06 (seis) como bolsistas e 06 (seis) como voluntários/as, em que uma exerce atividade laboral.

Para o processo da entrevista, o foco de análise foi a formação profissional do/a discente trabalhador/a do curso de Serviço Social da UFCG no município de Sousa, no qual os sujeitos da pesquisa foram 04 (quatro) professores/as e 06 (seis) discentes trabalhadores/as do referido curso, formando o total de 10 (dez) entrevistados/as.

Dos 11 (onze) professores que compõe o corpo docente, foram escolhidos/as 04 (quatro) que corresponde a 46%, entre eles/as estão a coordenadora do curso, o coordenador do estágio supervisionado, uma professora da área específica de Serviço Social e uma professora da área afim, para que contribuíssem de forma significativa nessa investigação a respeito da acessibilidade dos projetos, monitorias, condicionalidades da instituição e dos campos de estágio.

Os critérios de escolha dos/as discentes para o processo da entrevista devem-se ao fato de fazerem parte de um grupo de trabalhadores/as que conseguem participar ou não das atividades complementares do curso e do estágio curricular supervisionado. Dos 21 (vinte e um) estudantes trabalhadores/as, foi realizada uma pesquisa em cada turma e escolhidos/as 06 (seis) alunos/as que correspondem a 29%. Sendo eles, 03 (três) que ainda conseguem participar de alguma atividade complementar ao curso e 03 (três) que não conseguem participar de nenhuma atividade devido a não conciliação com o trabalho.

Durante o curso da pesquisa com os/as discentes, e os/as professores/as entrevistados/as, foram coletados os dados necessários e em seguida analisados a fim de compreendermos quais os tipos de desafios encontrados ao longo do processo de ensino-aprendizagem dos/as discentes trabalhadores/as e como enfrentam essas dificuldades.

Os sujeitos da pesquisa foram definidos a partir da realidade da UFCG por ser uma instituição que oferece condições mínimas de acesso as atividades complementares do curso de Serviço Social para os/as discentes, com aulas presenciais somente no período matutino, poucos campos de estágio, falta de professores para ministrarem algumas disciplinas, e isso se dá como dificuldades à serem enfrentadas por esses/as estudantes, visto que o curso possui um grande número de discentes inseridos/as no mercado de trabalho e que nem todos/as conseguem participar das atividades extra sala de aula e estágio supervisionado que é obrigatório.

Diante desse contexto foi necessário mantermos uma visão ampla sobre a determinada realidade social analisada, para que através das informações obtidas, pudéssemos compreender as particularidades dos diferentes sujeitos desse processo de formação profissional da UFCG e fazer as ponderações necessárias. Por mais que se tenha

conhecimento sobre uma realidade, é necessário aprofundar-se no real para alcançar o “concreto pensado”.

A seguir iremos apresentar como ocorre a relação entre o Serviço social e o processo de investigação social, em que por meio da apreensão do objeto, o/a investigador/a possa compreender a realidade de forma crítica e alcançar o “concreto pensado”.

1.3 Serviço Social e o Processo de Investigação Social

Nos últimos anos a pesquisa tornou-se uma ferramenta importante para o Serviço Social por gerar produção de conhecimentos sobre a realidade social, pois é a partir dela que “o profissional consegue apreender as intrincadas conexões do real e, assim, construir um caminho mais seguro para aproximar-se de respostas concretas tão almejadas nas suas intervenções” (LARA, 2007, p. 74).

Por ser uma profissão de caráter interventivo, o Serviço Social busca compreender as múltiplas expressões da “questão social” e os complexos das relações sociais utilizando-se da pesquisa social no cotidiano da profissão para intervir com um posicionamento crítico a partir das demandas que lhes são apresentadas na contemporaneidade, objetivando encontrar as respostas necessárias no processo da investigação.

À medida que as expressões da “questão social⁴” se intensificam, a relação entre pesquisa e Serviço Social torna-se cada vez mais indispensável, uma vez que o/a Assistente Social precisa traçar estratégias para o desvelamento da sua complexidade na realidade, que se apresenta como desafios tanto na formação como no exercício profissional.

A investigação é inerente à natureza de grande parte das competências profissionais: compreender o significado social da profissão e de seu desenvolvimento socio-histórico, identificar as demandas presentes na sociedade, realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais, realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social, identificar recursos. Essas competências referem-se diretamente ao ato de investigar, de modo que, de postura a ser construída pela via da formação e capacitação profissional permanente (cuja importância é inquestionável), a investigação para o Serviço Social ganha o estatuto de elemento constitutivo da própria intervenção profissional (GUERRA, 2009, p. 13).

A investigação social é essencial para alcançar as respostas concretas durante o processo de pesquisa no contexto em que os sujeitos estão inseridos, para que o/a profissional de Serviço Social mantenha uma postura crítica no desvelar das informações obtidas e possa intervir na realidade buscando compreender o objeto para além da sua aparência, ou seja, é necessária uma aproximação maior com a realidade para que a compreenda na sua essência, de uma forma mais aprofundada.

⁴ A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 1998, p.27).

Com a aprovação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS em 2001 o Serviço Social consolidou o seu projeto ético-político, buscando uma capacitação no projeto profissional e de educação pública para desempenhar os/as estudantes nos campos universitários com o objetivo de superar o tradicionalismo⁵, estabelecendo as dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos para apreender a realidade e desenvolver estratégias em defesa dos direitos dos sujeitos, isto é, através da ação investigativa pode se ter uma apreensão melhor do real, rompendo com as práticas acríticas, para que se faça uma reflexão sobre o concreto do cotidiano e assim poder avançar no desenvolvimento da intervenção, utilizando-se de práticas qualificadas de acordo com demandas e necessidades apresentadas.

É importante ressaltar que a aproximação da pesquisa com o Serviço social ocorreu no ano de 1970 que de acordo com Yamamoto (1988), passou a dar um novo significado de legitimidade para a profissão, desenvolvendo um leque essencial de conhecimentos nesse processo para as ciências de uma forma geral, objetivando tratar da realidade posta. Seja na graduação, pós-graduação ou no exercício profissional é necessário que o Serviço Social mantenha essa relação comprometida com a pesquisa para desempenhar uma atuação profissional de qualidade, intervindo através de questionamentos que levam a buscar o porquê daquela situação.

O/a pesquisador/a deve romper com as antigas práticas para que possa intervir com competência e qualidade, a partir de questionamentos para a sua construção de conhecimentos alcançados no processo da pesquisa e objetivando colher os dados necessários, não apenas para compreender a realidade social, mas também para contribuir na vida dos sujeitos nesse contexto de lutas e desafios.

Nessa perspectiva teórica, a pesquisa não é para manusear “instrumentais” e “técnicas” que objetivam enjaular a realidade nos conceitos científicos; ao contrário, é para ter visão de homem e de mundo, posicionar-se diante da luta de classes e desnaturalizar as relações sociais da ordem burguesa (LARA, 2013, p. 227).

Nessa perspectiva a pesquisa busca apreender as múltiplas determinações do objeto, proporcionando a abstração do concreto, não mais de forma desprovida da totalidade, para que assim possibilite que o/a investigador/a tenha um contato mais aprofundado com a realidade, traçando estratégias para intervir por meio de questionamentos em seu processo de investigação.

Por isso, a pesquisa vem contribuir para a apreensão da realidade a partir das informações colhidas durante a investigação efetivada, por meio do método crítico dialético, possibilitando analisar as particularidades da formação profissional do/a discente trabalhador/a. Buscando traçar estratégias que contribuam significativamente no decorrer da análise, a partir

⁵ Segundo Netto (2011) o Serviço Social tradicional se apresenta como “a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada” dos profissionais, parametrada „por uma ética liberal-burguesa” e cuja teleologia „consiste na correção – desde um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável” (p. 117-118).

dos resultados da investigação e das demandas apresentadas como desafios a serem superados na dinâmica institucional da UFCG de Sousa.

CAPITULO II

GÊNESE E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

A gênese e desenvolvimento do Serviço Social como profissão resulta das demandas postas pela sociedade capitalista, institucionalizando-se e legitimando-se como um instrumento impulsionado pelo Estado e pelo empresariado, com a sua origem ligada à Igreja Católica, traçando técnicas e mecanismos de opressão social e reprodução da classe dominante. Com o passar dos anos o Serviço Social fundamentava-se na perspectiva de combate às expressões da “questão social” que se apresentam como desigualdades postas pelo capital, sobretudo, para a classe trabalhadora.

Dito isso, o presente capítulo abordará como ocorreu o surgimento do Serviço Social brasileiro e sua institucionalização, nas décadas de 1930 e 1940, em resposta ao desenvolvimento do capitalismo, trazendo como desafios a luta da classe trabalhadora nesse processo de transformação que resultou em demandas, institucionalizando o Serviço Social como profissão, a fim de responder aos problemas sociais que foram surgindo na sociedade.

Em seguida tratará da entrada do Serviço Social no circuito universitário a partir da década de 1970, através do processo de renovação profissional que aconteceu devido às mudanças ocorridas na sociedade em decorrência das exigências da burguesia e em virtude do Movimento de Reconceituação na América Latina, objetivando romper com o tradicionalismo e contribuindo para uma aproximação com as disciplinas das áreas humanas e sociais.

Por fim, este capítulo discutirá a dimensão das Diretrizes Curriculares da ABEPSS e a construção do projeto profissional, que é conhecido como o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, ressaltando a sua importância para as intervenções cotidianas da categoria profissional, que se encontra permeada de limites e possibilidades sucessivamente impostos no cenário contemporâneo.

2.1 Surgimento e Processo de Profissionalização do Serviço Social no Brasil

Segundo Iamamoto e Carvalho (2009), o Serviço Social resulta do processo da crescente industrialização do capitalismo. Industrialização essa que ocasionou contradições sociais e evidenciou os antagonismos entre as classes burguesa e proletária, provocando assim, expressões da “questão social” nas décadas de 1920 e 1930.

A “questão social” é um conjunto de desigualdades econômicas, políticas e culturais da sociedade capitalista, produzidas a partir das relações de produção social entre as classes, que como frisa lamamoto, essa “produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho se torna mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (2008, p. 27).

Nesse sentido, a “questão social” se caracteriza pela disputa entre duas classes distintas através de lutas sociais, buscando a intervenção estatal para o reconhecimento e a legalização dos seus direitos enquanto indivíduos na sociedade. E o Serviço Social passa a intervir como viabilizador de direitos no âmbito dessas desigualdades.

O Serviço Social se desenvolveu como prática institucionalizada através de duas teses que se diferem e que tratam da gênese da profissão, de maneira que aparecem como possibilidades e são reciprocamente excludentes sobre a “gênese” e “natureza do Serviço Social”, como “perspectiva endogenista” e a “perspectiva histórico-crítica” (MONTAÑO, 2011).

A perspectiva endogenista, conforme Montañó (2011) analisa o Serviço Social como uma profissão que age através das formas de ajuda, caridade e filantropia em face dos problemas sociais que iam surgindo na sociedade. Os principais autores que defendem essa tese são: Kruse, Ezequiel Ander-Egg, Natálio Kisnerman, Boris Alexis Lima, Ana Augusta de Almeida, Balbina Ottoni Vieira, José Lucena Dantas, entre outros. Esses autores possuem uma aproximação com o Serviço Social tradicional, que se utilizava de práticas conservadoras para atender as necessidades da sociedade, retomando concepções presentes na Idade Média, usando como fundamento a filosofia de São Tomás de Aquino.

O Serviço social, nesta tese, é visto como uma atividade autônoma, não possuindo nenhuma relação com os parâmetros da sociedade em meio às lutas de classes sociais, mas sim, com base em si mesmo, de maneira independente, a partir de suas próprias fases, ou seja, tem uma visão particularista ou focalista, compreendendo o surgimento da profissão ligado à atividades e ações de sujeitos particulares, sem imposição alguma da conjuntura sócio-econômica e histórico-social, por essa razão é uma perspectiva endogenista (MONTAÑO, 2011).

Diferente da endogenista, a perspectiva histórico-crítica compreende que a origem do Serviço Social se desenvolve no contexto socio-histórico do capitalismo monopolista, em que o Estado é o principal responsável para atender as demandas existentes na sociedade. Os autores desta tese são: Marilda Villela lamamoto, Raul de Carvalho, Manuel Manrique Castro, Vicente de Paula Faleiros, Maria Lúcia Martinelli, José Paulo Netto e outros. Esses autores compreendem que o Assistente social desempenha um papel de cunho político e o que caracteriza a profissão é a sociedade em que este profissional está inserido. Para Netto, (2009) o capitalismo monopolista

altera significativamente a dinâmica inteira da sociedade burguesa: ao mesmo tempo em que potencia as contradições fundamentais do capitalismo já explicitadas no estágio concorrencial e as combina com novas contradições e antagonismos, deflagra

complexos processos que jogam no sentido de contrarrestar a ponderação dos vetores negativos e críticos que detona. Com efeito, o ingresso do capitalismo no estágio imperialista assinala uma inflexão em que a totalidade concreta que é a sociedade burguesa ascende à sua maturidade histórica, realizando as possibilidades de desenvolvimento que, objetivadas, tornam mais amplos e complicados os sistemas de mediação que garantem a sua dinâmica (p. 15-16).

A partir dessa perspectiva nos propomos analisar o processo de profissionalização do Serviço Social, em que o profissional passa a intervir nas expressões da “questão social” por meio da força de trabalho através de políticas públicas. Os principais defensores desta tese mostram que o Serviço Social é uma profissão que age a partir de lutas sociais, intervindo nas relações da sociedade entre a classe dominante e a classe trabalhadora, situando o papel do Estado e das políticas sociais na dinâmica do capitalismo monopolista.

Em 1930, o Serviço Social surgiu como profissão sob influência da Igreja Católica, agindo através de práticas assistencialistas e filantrópicas, do ponto de vista dos seus fundamentos, legitimação e funcionalidade no contexto da sociedade burguesa, a partir das necessidades da classe trabalhadora, que ocorreram em função das desigualdades sociais.

Durante esse período ocorreram profundas mudanças no setor industrial, aumentando o índice de desemprego e o pauperismo da classe trabalhadora, provocado por um rebaixamento salarial, no qual levou a formação de uma grande massa de trabalhadores a habitarem locais vulneráveis, sem condições mínimas de higiene e segurança, em que até mesmo as crianças operárias eram levadas a sofrerem castigos físicos. Foi um período no qual o país vivia um processo de industrialização com o avanço do capitalismo, passando da sua fase concorrencial⁶ para a sua fase monopolista.

Mudou toda a dinâmica econômica do capital, através do desenvolvimento de instrumentos tecnológicos e exploração da força de trabalho, formando-se grupos de monopólios para ampliar a concorrência no mercado. Ocorreu a redução do trabalho vivo, que é a força de trabalho do sujeito real apropriada pelo capitalista, e como consequência disso, cresceram o número de trabalhadores desempregados que são denominados como o exército industrial de reserva e o trabalhador passou a ser ainda mais explorado para a obtenção dos lucros ao Estado burguês. Netto apresenta a ideia de que:

o capitalismo monopolista conduz ao ápice a contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada: internacionalizada a produção, grupos de monopólios controlam-na por cima de povos e Estados. E no âmbito emoldurado pelo monopólio, a dialética das forças produtivas/relações de produção é tensionada adicionalmente pelos condicionantes específicos que a organização monopólica impõe especialmente ao desenvolvimento e à inovação tecnológicos. O mais significativo, contudo, é que a solução monopolista – a maximização dos lucros pelo controle dos mercados – é imanentemente problemática: pelos próprios mecanismos novos que deflagra, ao cabo de um certo nível de desenvolvimento, é vítima dos estrangulamentos inerentes à acumulação e à valorização capitalistas. Assim, para efetivar-se com chance de êxito, ela demanda mecanismos de intervenção extra-econômicos. Daí a

⁶ O capitalismo concorrencial é uma fase que alcança o seu auge nos anos de 1860 a 1870, e a sua preocupação era a concorrência entre os vários produtores do mercado e não com as demandas apresentadas aos mercados. Nesse período o mercado definia a regulação do capital e o Estado agia como assegurador da propriedade privada e da livre concorrência (NETTO, 1996).

refuncionalização e o redimensionamento da instância por excelência do poder extra-econômico, o Estado (1996, p. 24).

Como explicitado, foi uma época em que o capitalismo percorreu por diversas transformações da sua fase concorrencial para a monopolista, com a intenção de criar novas formas da concorrência no mercado. O Estado intensifica o seu agir junto à ordem burguesa, visando à acumulação e valorização do capital. Para Netto, “o Estado atua como um instrumento de organização da economia, operando notadamente como um administrador dos ciclos de crise” (1996, p. 22).

O autor (2011) aprofunda, ainda, a discussão de como compreender a profissionalização do Serviço Social a partir do argumento de que é necessário situar o surgimento da profissão no contexto do capitalismo dos monopólios, a fim de entender o papel do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho entre as relações de classes na sociedade capitalista, e não somente em face da “questão social”.

A apreensão da particularidade da gênese histórico-social da profissão nem de longe se esgota na referência à “questão social” tomada abstratamente; está hipotecada ao concreto tratamento desta num momento muito específico do processo da sociedade burguesa constituída, aquele do trânsito à idade do monopólio, isto é, as conexões genéticas do Serviço Social profissional não se entrecem com a “questão social”, mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica (NETTO, 2011, p. 18).

Na era de monopólios aumentam as contradições e as desigualdades sociais que como consequência, provoca-se a luta entre as classes. De um lado a classe burguesa busca a superacumulação do capital e de outro, a trabalhadora reivindica os seus direitos. Porém, o Estado executa o seu papel nesse processo de disputas, como controlador desses conflitos, sem que possa ameaçar os interesses dos grupos à ordem monopólica.

O Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, o “comitê executivo” da burguesia monopolista – opera para propiciar o conjunto das condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista (NETTO, 2011, p. 26).

A intervenção do Estado foi de suma importância para esse processo de controle dos conflitos, assegurando a consolidação e o fortalecimento dos monopólios, para que o capital se expandisse cada vez mais. Teve como consequência o aumento do número de trabalhadores desempregados, ocasionando demandas para classe trabalhadora. No entanto, mesmo o Estado estando articulado aos grupos monopolistas, era necessário que ele atendesse aos interesses da classe subalterna, para que pudesse se legitimar politicamente. É nesse contexto de contradições existentes no Estado monopolista que a “questão social” passou a ser objeto de intervenção estatal através de políticas sociais que atendessem os interesses dessa classe.

Netto (2011), afirma que nesse período ocorreu uma expansão de serviços públicos, através do avanço das lutas da classe trabalhadora pela busca de seus direitos com a necessidade de reformar a sociedade que estava vivenciando um período de aprofundamento de crise econômica, devido o ajuste neoliberal, provocando grandes taxas de juros, alta

inflação, quedas salariais, que conseqüentemente contribuíram para o agravamento das desigualdades entre as classes.

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 51).

Diante desse contexto de contradições e desafios no capitalismo monopolista, é que surge a necessidade do Serviço Social enquanto profissão, para intervir por meio das políticas sociais junto à classe trabalhadora, a fim de diminuir os problemas sociais existentes devido a essa superacumulação do capital.

O Serviço Social passou a atuar como profissão que tinha por objetivo dar respostas aos antagonismos e problemas sociais que resultam da “questão social”, devido às transformações econômicas, políticas e sociais, que ocasionaram novos problemas na sociedade. Seu processo de institucionalização se relaciona à expansão de instituições assistenciais do Estado, como também a intervenção do Assistente Social por meio das políticas sociais em combate aos problemas existentes na sociedade.

O Assistente Social passa a receber um mandato diretamente das classes dominantes para atuar junto à classe trabalhadora. A demanda de sua atuação não deriva daqueles que são alvo de seus serviços profissionais – os trabalhadores – mas do patronato, que é quem diretamente o remunera, para atuar, segundo metas estabelecidas por estes, junto aos setores dominados (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 83).

O Serviço Social possuía uma ligação com a Igreja Católica no seu processo inicial, para atuar junto às classes subalternas. É válido afirmar que a profissão teve sua origem com base na Igreja Católica, uma vez que esta legitimava a profissão, como também orientou a formação para a existência das primeiras Escolas de Serviço Social no Brasil (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009).

No ano de 1932, um grupo de moças religiosas que estavam preocupadas com a ordem moral religiosa, promoveu um curso, que deu início ao Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), em São Paulo. O CEAS tinha como objetivo formar membros com fundamento na doutrina social da Igreja católica para atuarem junto ao proletariado, apoiado numa base social feminina em que a maior parte pertencia às classes dominantes, visto que possuíam experiência para formação de conhecimentos, como também para práticas de caridade.

O CEAS foi considerado como o vestíbulo da profissionalização do Serviço Social no Brasil [...] o trabalho de organização e preparação dos leigos se apoia numa base social feminina de origem burguesa, respaldada por Assistentes Sociais belgas que ofereceram a sua experiência para possibilitar a fundação da primeira escola católica de Serviço Social (CASTRO, 2011, p. 102).

As Igrejas passaram a se organizar através de cursos técnicos e no ano de 1936, no Brasil, foi fundada a primeira Escola de Serviço Social de São Paulo. Foi uma iniciativa concebida como um “favor” do Estado às classes subalternas e não como um direito, mas que representou uma preocupação com a formação técnica especializada de profissionais aptos para intervir no campo social. Isso ocorreu na mesma época em que o governo de Getúlio

Vargas decretou a ditadura do Estado Novo⁷ que foi o período que ele governou o país, em que foram criadas instituições assistenciais no Brasil.

Em 1937, no Rio de Janeiro, foi fundado o Instituto de Educação Familiar e Social, composto pelas Escolas de Serviço Social e Educação Familiar, por iniciativa do Grupo de Ação Social, como também da escola paulista, alinhada com a preocupação da Igreja em se tornar força normativa da sociedade, logo mais em poucos anos, outros cursos foram criados:

Em 1938, a Escola Técnica de Serviço Social, por iniciativa do Juízo de Menores, e em 1940, é introduzido o curso de Preparação em Trabalho Social na Escola de Enfermagem Ana Nery (escola federal). Em 1944, a Escola de Serviço Social, como desdobramento masculino do Instituto Social (IAMAMOTO, CARVALHO, 2008, p. 181).

É evidente que o Serviço Social é uma profissão que teve sua base ligada ao conservadorismo orientando toda a sua intervenção, tanto em sua relação com a Igreja Católica, como com a ideologia da classe dominante⁸ que garantia a reprodução do capital, e que conseqüentemente contribuiu para as desigualdades sociais entre a classe burguesa e a classe trabalhadora, reforçando o pensamento dominante.

Os anos de 1960 representaram o início de um processo de reformulação para o Serviço Social brasileiro, em que se inicia uma crítica ao Serviço Social “tradicional”, e se prolongará até três décadas seguintes, provocando um amadurecimento na profissão. Para Ortiz (2010), é “um processo de construção de uma nova imagem para o Serviço Social brasileiro⁹, iniciado em meados dos anos 60”.

Na mesma época, surge o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, que foi um marco importante para aquele momento, propondo alterar as bases teóricas da profissão, porém ainda pautado em uma perspectiva conservadora. Segundo Ortiz (2010), o Movimento de Reconceituação articulado ao projeto autocrático burguês, centrou sua crítica no papel dos/as assistentes sociais ao processo de superação da condição de subdesenvolvimento dos países da América Latina, aliados à ordem monopólica norte-americana, em um contexto que os projetos desenvolvimentistas dos governos latino-americanos se encontravam em crise e se mostravam contraditórios às demandas da população.

O Movimento de Reconceituação foi resultado das insatisfações dos/as assistentes sociais sobre os seus limites teórico-instrumentais e político-ideológicos existentes no âmbito da formação e do exercício profissional, propondo uma intervenção profissional que atendesse

⁷ O Estado Novo foi um regime político brasileiro implantado pelo Governo de Getúlio Vargas no período de 10 de novembro de 1937, que perdurou até 31 de janeiro de ano de 1946. Com a justificativa apresentada por ele de impedir uma nova ameaça de golpe comunista no Brasil. Esse período da história do Brasil também ficou conhecido como Era Vargas.

⁸ Afirma Iamamoto e Carvalho que: “A ideologia vincula-se a classes sociais em luta pela hegemonia sobre o conjunto da sociedade. E aqueles que monopolizam a riqueza e o Estado são, também, dominantes na configuração do modo de pensar necessário à reprodução da sociedade. O modo capitalista de reproduzir e o de pensar são inseparáveis, e ambos se apresentam no cotidiano da vida social” (2009, p. 109).

⁹ O Serviço Social brasileiro surgiu nos anos de 1930 e 1940, e se institucionaliza como profissão, passando a atuar ligado a igreja católica, em resposta ao desenvolvimento do capitalismo a fim de resolver os problemas sociais que foram surgindo ao longo dos tempos.

as necessidades da realidade latino-americana. Propôs que os/as profissionais de Serviço Social tentassem romper com o tradicionalismo, buscando uma nova forma de intervir, comprometida com as demandas população (ARAÚJO *et al*, 2011).

Como destaca Netto (2010), a reconceituação, é, sem qualquer dúvida, parte integrante do processo internacional de erosão do Serviço Social “tradicional”. Foi alvo de crítica por parte dos “conservadores”, em que afirmavam que o movimento levou a um desnorteamento profissional, visto que não conseguiu superar as expectativas de respostas concretas à determinada realidade.

Assim, a Reconceituação questionava o papel dos Assistentes Sociais no processo de superação da condição de subdesenvolvimento dos países latino-americanos em um cenário no qual os projetos desenvolvimentistas nacionais de corte democrático-liberal davam claros sinais de ineficácia e incompatibilidade com os reais interesses e necessidades da população [...]. Questionavam, portanto, a condição e a posição dos países latino-americanos no contexto de dominação burguesa, esta fundamentada no grande monopólio internacional. Ou seja, pode-se afirmar que a Reconceituação foi, indubitavelmente, um fenômeno organicamente vinculado à conjuntura da sua época marcada mundialmente por uma crise sem precedentes da ordem capitalista em sua fase monopólica (ORTIZ, 2010, p. 162).

Netto (2005) assinala ainda que o Movimento de Reconceituação é um “capítulo inconcluso”, se renovando a partir da dinâmica da sociedade e das determinações históricas já existentes na profissão. Para Faleiros (2005), a reconceituação é um processo que tanto desconstrói um referencial-metodológico dominante que dá um direcionamento a intervenção profissional, como também busca construir um novo referencial teórico-metodológico capaz de criticar e questionar a classe dominante.

Em meados da década 1960, o Brasil começou a passar por profundas mudanças sociais, políticas e econômicas em consequência da ditadura civil-militar¹⁰ que mantinha o poder da classe burguesa para o desenvolvimento do capitalismo na sociedade. Essas mudanças levaram o Serviço Social a um movimento contrário, isto é, na medida em que a ditadura fortalecia práticas “tradicionalistas” no âmbito da profissão, ao mesmo tempo possibilitava novas formas de atuação do profissional de Serviço Social.

Nesse processo o Serviço Social passa a agir junto com o Estado tentando se adequar às novas demandas que vão surgindo na sociedade no decorrer dessas transformações, agindo de práticas resultantes da ordem burguesa, como agentes viabilizadores das políticas sociais, atendendo mais aos burgueses do que mesmo ao proletariado com o domínio sobre essa classe por interesse da classe dominante.

Devido o crescimento das indústrias e o aumento do capital, as demandas e as desigualdades sociais foram se intensificando cada vez mais, fazendo-se necessário a renovação da profissão de Serviço Social de acordo com a dinâmica da sociedade, para

¹⁰ A ditadura no Brasil não foi apenas militar, mas também civil devido o grande apoio político de significativos setores da sociedade civil ao regime, sendo assim, pode-se dizer que foi uma ditadura civil-militar, que propunha aliar crescimento econômico com desenvolvimento social e propunha as Reformas de Base, incluindo um conjunto de reformas, que são elas: reforma urbana, reforma agrária, reforma política, reforma tributária e reforma educacional.

conseguir atender a todas essas exigências, tendo em vista que é o mercado de trabalho que passará a referenciar a profissão e não mais a Igreja Católica.

No curso deste processo, mudou o perfil do profissional demandado pelo mercado de trabalho que as condições novas postas pelo quadro macroscópico da autocracia burguesa faziam emergir: exige-se um assistente social ele mesmo “moderno” – com um desempenho onde traços “tradicionais” são deslocados e substituídos por procedimentos “racionalistas” (NETTO, 2005. p. 123).

Nesse cenário de transformações, o Estado passa a reorganizar a sociedade e impõe que o mercado de trabalho apresente uma nova reformulação para os primeiros agentes profissionais. Vai ser um período denominado de processo de renovação do Serviço Social, em que o mesmo busca romper com as práticas tradicionais, mas que também vai se reverter de muitos elementos tradicionais conservadores do processo de reconceitualização.

Essa renovação aconteceu devido às mudanças ocorridas na sociedade em decorrência das exigências da autocracia burguesa¹¹, trazendo para a profissão um pluralismo, como também discussões críticas sobre o modo de pensar e agir na sociedade. Netto (2005) retrata a renovação do Serviço Social a partir de três perspectivas, que são: a modernizadora, a conservadora e a intenção de ruptura.

As três se destacaram em eventos conhecidos como “Seminários de Teorização do Serviço Social”, os quais eram organizados com o intuito de criar formulações para refletir sobre o agir da prática profissional do/a assistente social.

A “perspectiva modernizadora” aconteceu na segunda metade da década de 1960, sendo a primeira desse processo, a qual teve como principal representante José Lucena Dantas, com as suas teses manifestadas nos seguintes documentos: os Seminários de Araxá (MG) e Teresópolis (RJ), organizados pelo CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social). Aqui o Serviço Social possuía uma postura intervencionista e integradora de modo a contribuir para o processo de desenvolvimento do capitalismo (NETTO, 2011).

De acordo com essa perspectiva de matriz positivista, o Serviço Social deve se “modernizar” enquanto prática profissional, visando inserir os profissionais em um viés moderno de conhecimentos técnicos, a fim de trazer para a profissão um instrumental que pudesse contribuir para o desenvolvimento econômico e operar na sociedade de forma justa, preventiva e disciplinada ao projeto desenvolvimentista da ditadura, de acordo com as demandas surgidas a partir do aumento do capital.

No sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sócio-políticos emergentes no pós-64 (NETTO, 2005, p.154).

¹¹ Conforme Fernandes (1987), a autocracia burguesa é um termo usado para definir o processo em que o Estado burguês brasileiro estabeleceu-se como uma autocracia na tomada de decisões a respeito das políticas públicas, excluindo a classe trabalhadora da condição de sujeito político. Aqui a burguesia mantém o poder sobre o desenvolvimento do capitalismo, baseada na aproximação entre as novas e antigas classes dominantes, influenciadas pelo imperialismo dos países centrais.

A segunda foi a “reatualização do conservadorismo”, ela se opõe e faz crítica a perspectiva de matriz positivista e à perspectiva de orientação marxista e apresenta uma “nova proposta” de práticas conservadoras que marcaram o tradicionalismo no Serviço Social, expressa nas elaborações de Anna Augusta de Almeida, na qual tem como referencial teórico a fenomenologia. Mostrava uma preocupação em oferecer suportes teóricos através de um aperfeiçoamento das antigas formas de agir na sociedade para que os profissionais interpretem e compreendam as necessidades dos indivíduos, utilizando-se de processos de psicologização através do diálogo, da linguagem e da entrevista no processo de trabalho, pois aqui o Serviço Social era visto como uma “ajuda psicossocial”, (NETTO, 2005).

A “reatualização do conservadorismo”, expressava a atualização do conservadorismo sob novas formas que marcaram o Serviço Social tradicional, para que os profissionais pudessem intervir buscando reatualizar práticas anteriores a fim de proporcionar a realização dos indivíduos de acordo com os seus propósitos humanos. Aqui, os profissionais não conseguiram promover uma reflexão crítica para transformar a sociedade.

Nessa perspectiva do processo de renovação do Serviço Social no Brasil se manifesta, no interior da complexa dialética de ruptura e continuidade com o passado profissional, a ponderabilidade maior da herança profissional, sem prejuízo dos elementos renovadores que apresenta. (NETTO, 2005, p. 202).

É uma perspectiva tecnicista, que ocorre após a uma dimensão do uso do positivismo, porém, ela não obtém êxito, uma vez que não consegue fazer questionamentos acerca das desigualdades sociais. Segundo Araújo (2011), a reatualização do conservadorismo é “uma volta ao passado, baseada em matrizes intelectuais mais aprimoradas” (*et all*, p. 113), pois trata o indivíduo de forma isolada e não consegue fazer essa reflexão crítica que pudesse oferecer um novo norte a profissão para intervir na sociedade de modo a mudar a realidade dos indivíduos.

A terceira foi a “intenção de ruptura”, com o objetivo de romper com o tradicionalismo na profissão, como também com os seus referenciais teórico-metodológicos e suas práticas conservadoras expressos nas matrizes positivista e fenomenológica. Teve seu início na década de 1970 no espaço acadêmico, organizada por um grupo de docentes, em enfrentamento aos interesses da autocracia burguesa. Inspirada na tradição marxista foi a perspectiva que mais se aproximou do movimento de reconceituação latino-americano (NETTO, 2011).

A “intenção de ruptura” não só criticou o tradicionalismo, bem como possuiu um caráter antagonista à autocracia burguesa, com intuito de dar respostas adequadas às demandas que se apresentam nesse contexto de mudanças advindas da ordem burguesa, como forma de desenvolvimento dos profissionais de Serviço Social. Os debates promovidos por essa perspectiva ganharam mais força no momento em que saíram do campo universitário e passaram a dialogar com a realidade social.

Com efeito, ela manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador). Na sua constituição, é visível o resgate crítico de tendências que, no pré-64, supunham rupturas político-sociais de porte para adequar as respostas profissionais às demandas estruturais do desenvolvimento brasileiro (NETTO, 1992, p. 159).

Aqui, o objetivo era formar um profissional dotado de criticidade rompendo com as práticas tradicionais, para que pudesse intervir na sociedade através de lutas e movimentos sociais junto à classe trabalhadora para atender os problemas sociais. De acordo com Netto (2005), para que isso acontecesse “a perspectiva de intenção de ruptura deveria construir-se sobre bases quase que inteiramente novas; esta era uma decorrência do seu projeto de romper substantivamente com o tradicionalismo e suas implicações teórico-metodológicas e prático-profissionais” (p. 250).

É válido ressaltar que o Serviço Social teve uma aproximação com o marxismo a partir da “intenção de ruptura”, que possibilitou uma intervenção profissional capaz de se inserir no âmbito das relações sociais da sociedade burguesa e demonstrou sua preocupação no sentido de formar um perfil profissional que se vincule às lutas da classe trabalhadora.

Porém, o Serviço Social demonstrou a sua interlocução com a teoria marxista, extraindo conhecimentos para compreender a sociedade de forma superficial, sem um referencial que pudesse fazer uma leitura da realidade na sua totalidade. Ou seja, essa aproximação dos assistentes sociais com a teoria marxista aconteceu de forma equivocada, baseada em leituras rasas da obra de Marx, e não de suas fontes originais e clássicas, podendo ser chamada de um marxismo sem Marx (NETTO, 1989).

Com base nessas três perspectivas apresentadas, podemos notar que tanto a “modernizadora” como a “reatualização do conservadorismo” traziam traços conservadores e tradicionais da profissão. Diferente dessas, a “intenção de ruptura” foi a única que conseguiu fazer reflexões críticas no contexto das relações sociais da sociedade burguesa e a se aproximar do marxismo, por mais que tenha sido alvo de críticas por ter se gestado no espaço universitário a partir de reflexões de docentes.

No próximo tópico será debatida a inserção do Serviço Social no espaço universitário, trazendo as principais tendências e perspectivas que se gestaram no seu processo de renovação, promovendo no interior da categoria profissional e estudantil intensos debates sobre o fazer profissional em vista das demandas apresentadas na sociedade e as lutas sociais que ocorreram durante todo o processo de “renovação”.

2.2 A Entrada do Serviço Social no Circuito Universitário e o seu Processo de Renovação Profissional

No item anterior pudemos perceber que houve uma busca do rompimento do Serviço Social com as práticas tradicionais para que conseguisse dar respostas adequadas às novas demandas surgidas na sociedade. Neste tópico, iremos apresentar como ocorreu a inserção do Serviço Social na universidade, provocando impactos que trouxeram pontos fundamentais e constitutivos para o seu processo de renovação, mas que também culminaram em alguns aspectos contraditórios, visto que possibilitou uma aproximação da profissão com outras disciplinas ligadas às Ciências Sociais, objetivando enriquecer as discussões teóricas e investigações científicas no desenvolver da prática profissional. Para isso, exigiu-se um maior número de profissionais de Serviço Social para atuarem como docentes, contribuindo significativamente na formação de novos profissionais (NETTO, 2011).

A inserção do Serviço Social no âmbito universitário ocorreu para contribuir com a formação de profissionais dotados de debates de cunho teórico-metodológico, configurando em ações voltadas para a classe trabalhadora, e também possibilitando uma aproximação do Serviço Social tanto com a pesquisa como com a investigação científica, visto que ambos são de suma importância, pois o alicerce do processo de renovação é a entrada do Serviço Social na universidade, proporcionando uma transformação ao curso superior.

Essa inserção do Serviço Social na universidade foi um dos marcos importantes da sua renovação, trazendo para a profissão elementos para que pudesse se atualizar. A renovação do Serviço Social não aconteceu de imediato, mas se iniciou a partir de questionamentos acerca dos problemas apresentados à realidade e da sua prática profissional, que possibilitou as três perspectivas.

Entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais (NETTO, 2011, p. 131).

A renovação do Serviço Social brasileiro surgiu em virtude do Movimento de Reconceituação Latino-Americano que proporcionou vínculos entre as escolas e também assistentes sociais para lutarem por uma formação profissional que tivesse fundamentação teórica-metodológica articulada com as Ciências Sociais, como ocorreu na América Latina, para que pudesse acabar com o tradicionalismo dentro da profissão.

É importante frisar que o Movimento de Reconceituação buscou romper com o tradicionalismo que existiu desde o surgimento da profissão, colocando os profissionais para sentirem a importância de atuar de forma comprometida com os usuários, vinculados às lutas sociais. Porém, isso não aconteceu, pois a reconceituação trouxe para a profissão novas formas de agir na sociedade, ligadas às práticas conservadoras.

A relação entre Serviço Social e renovação foi de grande relevância, visto que a partir da inserção do Serviço Social no âmbito universitário, ocorreram mudanças no interior da

profissão, em que pudemos perceber elementos que contribuíram para uma nova forma de agir na sociedade, ainda que se utilizando de práticas conservadoras.

Podemos entender que a profissão passou por diversas transformações em seu processo histórico, tentando se adequar a dinâmica da sociedade brasileira que ocorreu em consequência da instauração da ditadura civil militar. Diante desse processo de renovação, o Serviço Social teve uma aproximação com os movimentos sociais organizados, para que pudesse dar um novo rumo a profissão, provocando uma modificação tanto na prática quanto na formação desses profissionais, a partir de uma perspectiva de totalidade da realidade social.

O deslocamento do “Serviço Social tradicional” por viés desenvolvimentista-modernizante tornou compatível a renovação do Serviço Social com as exigências próprias do projeto ditatorial e permitiu a consolidação de um perfil profissional bastante diverso do tradicionalismo (NETTO, 2005, p. 16).

Vale salientar que o movimento estudantil também teve influência nesse processo de renovação do Serviço Social, pois reivindicava um debate teórico-metodológico para a atuação profissional diante de uma realidade marcada por problemas sociais advindos de um Estado repressor e da concentração de riquezas que aumentava no mesmo ritmo em que a pobreza, a exploração do trabalho e o desemprego da classe trabalhadora se intensificavam.

O movimento estudantil: condensadamente, ele reproduz, no molde particular da contestação global característica da sua intervenção, todas as alterações que indicamos e as insere perturbadoramente no próprio locus privilegiado da reprodução da categoria profissional: as agências de formação, as escolas. Parece claro que, também no marco do Serviço Social, a erosão das formas tradicionais da profissão (e das suas legitimações) foi dinamizada pelo protagonismo discente – e a “rebelião juvenil” foi aí tanto mais eficiente quanto mais capaz se mostrou de atrair para as suas posições estratos docentes (NETTO, 2011, p. 145).

O movimento estudantil continua sendo um dos grupos coletivos de fundamental relevância nos processos políticos, pela participação ativa dos estudantes num contexto da realidade social, buscando fortalecer as lutas contra as desigualdades sociais.

Movimento Estudantil é todo e qualquer grupo organizado de estudantes em torno de objetivos políticos, culturais, acadêmicos, religiosos, outros. O ME possui ainda um caráter político-acadêmico. Político porque defende valores, ideais, projetos de sociedade, visões de mundo e atua na sociedade para disputar e construir esses valores. Acadêmico porque possui uma vinculação com a academia, a universidade, faculdades etc. Isso significa dizer que sua luta costuma ter muito o vínculo com as questões da educação, em particular, referentes à melhoria do ensino público superior gratuito (SILVA, 2008, p. 52).

É importante ressaltar que o movimento estudantil apesar de possuir um vínculo direto com o espaço universitário, também se articula a outros movimentos sociais para consolidação das lutas contra as injustiças impostas pela sociedade capitalista à classe trabalhadora, em busca de um Estado democrático (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

O movimento estudantil perpassou por muitos desafios ao longo dos anos, e somente após o ano de 1975, é que consegue avançar no espaço universitário, a partir de intensos debates, com o objetivo de responder as demandas relacionadas à educação e à universidade e intensificando a importância do tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão, de modo a contribuir para formação profissional dos/as discentes.

É sabido que a renovação do Serviço Social resultante das imposições da autocracia burguesa foi de suma importância, objetivando superar o tradicionalismo dentro da profissão, mostrando-se preocupada com a qualificação acadêmica. No entanto não foi o suficiente, visto que esse processo não conseguiu romper radicalmente com o conservadorismo profissional de matriz positivista.

As três perspectivas tiveram a sua importância para aquele momento na história do Serviço Social. Porém, a modernizadora e a reatualização do conservadorismo expressavam práticas conservadoras e tradicionais no interior da profissão. Já a “intenção de ruptura” foi a única que conseguiu ter uma aproximação com o marxismo, embora que de forma equivocada, visto que não conseguiu romper com esse tradicionalismo, mas possibilitou que os profissionais conseguissem fazer reflexões críticas em torno da realidade.

Mais adiante, em 1978 na cidade de Londrina-PR, houve um encontro de estudantes de Serviço Social organizado pelo Centro Acadêmico da Universidade Estadual de Londrina–UEL, contando com a participação de 24 escolas e teve como tema: “O Serviço Social e a Realidade Brasileira”, encontro esse que ficou conhecido como I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS) (VASCONCELOS, 2003).

O ENESS conseguiu rearticular o movimento estudantil de Serviço Social para discutir tanto a necessidade de formar profissionais capazes de transformar a realidade social através de lutas e movimentos junto à classe trabalhadora, como também a reorganização do currículo do curso de Serviço Social.

No ano seguinte, em 1979, aconteceu a realização do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)¹², na cidade de São Paulo, que foi o chamado “Congresso da Virada”. Esse congresso teve grande relevância para a categoria profissional, pois possibilitou a mobilização de parte dos profissionais de Serviço Social a se comprometerem com a classe trabalhadora e organização política, através de lutas sociais, buscando a democratização da sociedade, com uma postura crítica que pudesse romper com o conservadorismo no interior da profissão.

No mesmo ano, aconteceu o II ENESS, na cidade de Salvador - BA realizado pelo Diretório Acadêmico da Universidade Católica do Salvador - UCSAL, proporcionando discussões acerca do currículo mínimo de Serviço Social. Logo mais foi realizada a Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) criada em 10 de outubro de 1946, que culminou na aprovação do currículo mínimo de 1982, junto com o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social – CEDEPSS em meados dos anos 1980, que era um órgão institucional acadêmico (VASCONCELOS, 2003).

¹² De acordo com o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (2009), o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais é um evento de grande relevância de organização política da categoria de Serviço Social, com o objetivo de oferecer um suporte a categoria a uma unidade de luta e resistência, através de diálogos e debates sobre vários temas que percorrem a profissão, sobretudo frente aos ataques à classe trabalhadora.

Posteriormente ao “Congresso da Virada”, na Convenção de 1979, a ABESS adota uma função relevante na coordenação e articulação do projeto de formação profissional. Em que o seu principal objetivo era a regulamentação do ensino em Serviço Social ou nível superior no Brasil, como também a representação sobre os interesses das escolas. Já o CEDEPSS tinha como finalidade suprir as demandas desenvolvidas a partir do surgimento dos programas de pós-graduação.

Foram processos fundamentais que ocorreram através de muitas lutas e organizações, dando um novo rumo à categoria profissional, em que, a partir do “Congresso da Virada”, o Serviço Social teve uma aproximação com o marxismo e de fato assumiu um posicionamento crítico.

Foi no circuito universitário que o Serviço Social conseguiu avançar com criticidade ao tradicionalismo profissional, direcionado pelo marxismo, propiciando uma aproximação dos/as discentes com outros profissionais e outras áreas das ciências no processo de ensino-aprendizagem, por meio do estágio e do tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão, que já se fortalecia no âmbito acadêmico, em que os/as discentes vão ter um contato direto com os sujeitos que irão lidar no exercício profissional. Esse tripé universitário propicia ao/à estudante um conjunto de habilidades, formando um perfil profissional com uma postura investigativa, bem como está previsto nas Diretrizes Curriculares, facilitando sua articulação com o público usuário.

A seguir, iremos tratar sobre a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social – ABESS que teve o seu nome alterado para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS no ano de 1996, após alguns acontecimentos e a sua ligação com o Projeto Profissional do Serviço Social na década de 1980. Com um debate sobre a consolidação das diretrizes curriculares, bem como do projeto ético-político, para que o profissional possa atuar nas expressões da “questão social” dando respostas adequadas aos indivíduos, na qual a profissão irá perpassar por lutas e desafios no decorrer desse processo.

2.3 A ABEPSS e o seu Projeto Pedagógico

Como mencionado no item anterior, em 1946 surgiu a ABESS – Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social. Após o Congresso da Virada, no ano de 1979, a ABESS avança e passa a coordenar e articular o projeto de formação profissional. Com isso, o seu nome muda para Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social - ABESS, objetivando a regulamentação do ensino de nível único e superior em Serviço Social no Brasil, para que formassem profissionais capacitados, capazes de construir uma nova sociabilidade, através da qualificação do ensino e de sua universalização (ABEPSS, 1996).

É importante lembrar também que em meados de 1980, ocorreu a implantação do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social – CEDEPSS, com a finalidade de responder as novas demandas existentes, devido ao surgimento dos programas de Pós-Graduação.

Logo mais adiante em 1982, teve-se a aprovação do currículo mínimo, que foi uma proposta curricular para buscar responder às novas demandas colocadas ao Serviço Social, trazendo uma nova forma de analisar a formação e a ação profissional, com o objetivo de romper com o conservadorismo no interior da profissão, como também dar um norte a prática profissional para os usuários, possibilitando que o marxismo se inserisse na profissão. Para Ramos (2005), isso significou uma nova direção social para a formação profissional, substituindo as disciplinas de caso, grupo e comunidade pela disciplina de Metodologia no Serviço Social, a fim de discutir o método marxista na formação.

Foi um período que buscava a formação de profissionais críticos que pudessem atuar na sociedade por meio de respostas institucionais e políticas às necessidades de sobrevivência da população que sofria com as expressões da “questão social” em consequência das desigualdades de classes.

O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor e negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade e na aproximação as forças vivas de nosso tempo, tendências e possibilidades aí presentes passíveis de serem apropriadas pelo profissional e transformadas em projetos de trabalho profissional (IAMAMOTO, 2014, p. 615).

Ao longo desse processo de transformações permeado de muitas lutas pela busca da cidadania e democracia, de acordo com os princípios da Carta Constitucional de 1988, houve um amadurecimento teórico na profissão em que o projeto ético político vai se consolidando e o profissional de Serviço Social passa a ter um pensamento crítico-dialético, para possibilitar um novo modo de intervir na sociedade. Para Iamamoto (2005), “diante das alterações no mercado e nas condições de trabalho; finalmente, são apontadas perspectivas para a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social na contemporaneidade” (p. 85).

No ano de 1990, o trabalho e a formação profissional em Serviço Social no cenário contemporâneo propõe uma qualificação dos profissionais. Realizaram-se debates promovidos pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social – ABESS junto ao Centro de Documentação em Política Social e Serviço Social – CEDEPSS, buscando articular o projeto ético-político do Serviço Social às demandas emergentes desse novo período de conturbações através de movimentos nas instituições de Ensino em Serviço Social.

Em 1996, a ABESS mudou o seu nome para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, objetivando articular o ensino teórico e prático às atividades de ensino, pesquisa e extensão, através de oficinas práticas nos cursos de graduação, a fim de contribuir no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem do/a

discente, de modo a oferecer um ensino de qualidade para que esses/as estudantes tenham uma visão mais crítica da realidade na qual estão inseridos/as, de acordo com a dinâmica do capital nesse país neoliberal.

De acordo com a ABEPSS, as atividades formativas do curso “têm por objetivo dar relevância às atividades de pesquisa e extensão, afirmando a dimensão investigativa como princípio formativo e como elemento central na formação profissional e da relação entre teoria e realidade” (1996, p. 15). Essas atividades complementares possibilitam aos/às estudantes um contato com a “prática”, desenvolvendo uma postura crítica comprometida com os usuários.

Outro marco importante foi a reformulação do currículo mínimo de Serviço Social. Para isso, foram realizadas oficinas locais, regionais e nacionais, objetivando a criação das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social ao invés dos currículos mínimos, nas quais foram aprovadas pela ABEPSS e CEDEPSS (BRASIL, 1996).

Conforme Iamamoto (2010), as Diretrizes Curriculares foram um grande avanço para a profissão de Serviço Social, estabelecendo princípios norteadores a fim de criar um perfil profissional capaz de acompanhar as mudanças da contemporaneidade e viabilizar uma capacitação teórico-metodológica, ético-política, como requisito fundamental para atividades técnico-operativas de formação profissional de Serviço Social pós 1996.

Essas Diretrizes também tinham como finalidade a maior participação do/a discente no âmbito acadêmico, trazendo para o curso de Serviço Social trabalho curricular em disciplinas, seminários temáticos, oficinas e laboratórios e atividades complementares. “Busca-se ultrapassar assim uma visão tradicional do currículo centrado exclusivamente em disciplinas, valorizando a participação do estudante na dinâmica da vida universitária” (IAMAMOTO, 2010, p. 73).

A aprovação dessas Diretrizes uniu boa parte dos/as assistentes sociais e efetivou-se no Código de Ética Profissional do Assistente Social, aprovado em 13 de março 1993, na Lei que Regulamenta a Profissão de Serviço Social (Lei Federal de nº 8.662 de 07 de junho de 1993) para desempenhar profissionais aptos e buscar soluções frente aos desafios e dificuldades da sociedade.

No ano de 1999, essa proposta foi enviada ao Ministério da Educação - MEC, que se contrapôs estabelecendo algumas alterações no que diz respeito à suas competências, perdendo certa criticidade existente na proposta, mas mantendo os seus princípios e a importância do ensino entre teoria e prática para formar profissionais que possam intervir de forma qualificada.

Em 2001, o MEC aprovou as Diretrizes Curriculares, porém fez algumas alterações no que se refere à direção social da formação profissional, passando a descaracterizar os conhecimentos e habilidades que foram considerados fundamentais ao desempenho do profissional de Serviço Social. Para Iamamoto (2012), tais alterações põe em risco o projeto original, podendo ser citado como exemplo “o perfil de bacharel em Serviço Social onde

constava „profissional comprometido com os princípios e valores norteadores do Código de Ética do Assistente Social“, que foi retirado e substituído por „utilização de recursos da informática” (p. 43).

No que diz respeito as competências e habilidades, retirou-se do texto legal o direcionamento teórico-metodológico e histórico a fim de investigar a realidade social, como por exemplo, a compreensão crítica dos processos sociais na sua totalidade; investigação do movimento histórico de forma que possa compreender as causas do desenvolvimento do capitalismo na sociedade brasileira (BRASIL, 1999).

As Diretrizes Curriculares trouxeram grandes contribuições para a formação profissional, apesar dos desafios enfrentados ao longo de sua construção, reconhecendo o Serviço Social como uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho. Sabe-se que a atuação profissional do/a assistente social ocorre devido às relações sociais entre as classes, como também entre o Estado para a viabilização de políticas sociais, e para isso as Diretrizes Curriculares apresentam em sua organização curricular três fundamentos essenciais para a atuação profissional: Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social; Núcleo de Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, que tem como base nesses fundamentos para o perfil do/a assistente social:

Uma lógica curricular inovadora, que supere a fragmentação do processo de ensino-aprendizagem, e permita uma intensa convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade. Este é, ao mesmo tempo, um desafio político e uma exigência ética: construir um espaço por excelência do pensar crítico, da dúvida, da investigação e da busca de soluções (ABEPSS, 1996, p. 9).

O Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social tem como objetivo compreender o processo de conhecimento do ser social como totalidade histórica, no contexto da sociedade capitalista, tendo o trabalho entendido como práxis, que irá implicar no processo de desenvolvimento da vida social. Aqui, a sociedade burguesa implica no que diz respeito à divisão social do trabalho, à propriedade privada, à divisão de classes e do conhecimento do ser social.

Este núcleo é responsável, neste sentido, por explicar o processo de conhecimento do ser social, enfatizando as teorias modernas e contemporâneas. O tratamento das diferentes filosofias e teorias tem como perspectiva estabelecer uma compreensão de seus fundamentos e da articulação de suas categorias, o que supõe eliminar a crítica a priori ou a negação ideológica das teorias e filosofias, sem o necessário conhecimento de seus fundamentos (ABEPSS, 1996, p. 10).

No que se refere ao Núcleo de Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira, este consiste na compreensão da constituição, trajetória e ação das classes sociais no contexto do desenvolvimento capitalista, que como consequência provoca impactos econômicos sociais e políticos, como desigualdades sociais e de classes, de gênero e etnia, exclusão social na sociedade brasileira.

O Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, “considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social” (BRASIL, 1996, p. 12). Esse núcleo permite articular um conjunto de características que demarcam a institucionalização e desenvolvimento da profissão, para que possibilite ao profissional uma postura investigativa, de como, o que, porque e para que fazer. Esse profissional deve intervir de forma comprometida através de uma relação com o usuário frente às expressões da “questão social”, utilizando-se de fundamentos históricos, teóricos e metodológicos para fazer uma melhor análise do cotidiano da vida dos usuários.

À medida em que estes três núcleos congregam os conteúdos necessários para a compreensão do processo de trabalho do assistente social, afirmam-se como eixos articuladores da formação profissional pretendida e desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzida à matérias e disciplinas. Esta articulação favorece uma nova forma de realização das mediações - aqui entendida como a relação teoria-prática - que deve permear toda a formação profissional, articulando ensino-pesquisa-extensão (ABEPSS, 1996, p. 8, 9).

Com base nisso, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS buscaram a consolidação do projeto ético-político em um debate democrático, envolvendo a comunidade acadêmica e toda a categoria profissional, com a presença de 67 unidades de ensino de formação acadêmicas filiadas à ABESS, sendo 25 oficinas regionais e 02 nacionais, para uma capacitação no projeto profissional e de educação pública a fim de desempenhar os/as estudantes nos campos universitários com o objetivo de formar profissionais capacitados, dotados de criticidade e comprometidos com os valores e princípios norteados do Código de Ética de 1993 (ABEPSS, 1996).

Esse projeto ético-político profissional é formado por práticas que, ao longo do processo de ensino e aprendizagem do/a discente de Serviço Social, vão buscando desenvolvê-lo com uma postura crítica, para a sua inserção na realidade complexa dos indivíduos numa sociedade permeada por desigualdades entre as classes. Para Yamamoto, “responder a esse perfil delineado exige uma competência crítica que supere tanto o teorismo estéril, o pragmatismo, quanto o mero militante” (2005, p.144).

O Projeto Profissional do Serviço Social foi desenvolvido em um cenário conturbado de muitas lutas em busca da redemocratização do Brasil e organização da classe trabalhadora. Conforme Mota e Amaral (2009), esse projeto visava o fortalecimento das lutas e da resistência política para que os novos profissionais das gerações futuras tivessem um suporte no qual pudessem se organizar em defesa da emancipação política e humana. Assim sendo, o Projeto Ético Político do Serviço Social está articulado com um projeto societário, cujo propósito é a busca por uma sociedade justa e igualitária, em que todos possam usufruir dos mesmos direitos, sem discriminação de classe, etnia e gênero.

Essa vinculação entre ambos os projetos ocorre devido a própria exigência da dimensão política profissional, sendo que o projeto societário pode ser conservador ou transformador. Portanto, ao atuar em um determinado contexto social, o projeto ético político pode escolher uma das direções, não se confundindo com ele. No que diz respeito aos compromissos desse projeto com a sociedade, este

tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir dessas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade quanto no exercício profissional (NETTO, 1999, p. 15-16).

Porém, o projeto ético-político percorre grandes desafios no cenário neoliberal, devido o processo de expansão e mercantilização do ensino superior, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva eleito em 2002, dando continuidade no governo de Dilma Rousseff em 2010, permeado pelas exigências relacionadas ao mundo do trabalho, trazendo grandes desafios não só à profissão de Serviço social, mas à sociedade como um todo. Sendo preciso que os profissionais se comprometam com a realidade e busquem oferecer respostas que atendam as necessidades sociais.

A sua reafirmação depende, não exclusivamente, tanto das respostas políticas que as vanguardas profissionais darão aos desafios atuais (no âmbito do exercício profissional e no campo da formação – onde se destaca a espantosa expansão de cursos privados, inclusive os que se valem das metodologias de ensino em graduação a distância) quanto das ações dos profissionais nas diversas áreas de atuação, a partir de intervenções qualificadas, éticas e socialmente comprometidas. (TEIXEIRA, BRAZ, 2009, p. 16).

Nesse sentido, vai adentrar como um grande desafio para a categoria de Serviço Social devido a essa expansão do ensino, sobre a falta das dimensões fundamentais da pesquisa e extensão, e até do próprio estágio supervisionado, que é de suma importância para esse processo de formação profissional do/a discente.

No próximo capítulo iremos apresentar como ocorre essa expansão do ensino superior na contemporaneidade, bem como o seu processo de mercantilização, trazendo para as particularidades da UFCG do município de Sousa, que tem como desafios a formação profissional do/a discente trabalhador/a do curso de Serviço Social e a participação deste/a nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como no estágio curricular supervisionado.

CAPITULO III

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA UFCG DO MUNÍCIPIO DE SOUSA - PB

O presente capítulo tratará sobre as particularidades da formação profissional de Serviço Social na Universidade Federal de Campina Grande *campus* Sousa, trazendo elementos de pesquisa empírica acerca deste objeto de pesquisa. Buscando verificar como ocorre esse processo em vista das condições oferecidas pela instituição para garantir a permanência do/a estudante no curso e a sua participação nas atividades extra sala de aula.

No primeiro tópico serão abordados alguns elementos para compreender o processo de privatização e mercantilização do ensino superior, através da expansão dos cursos na modalidade privada e a distância, como forma de gerar lucros ao capital, para que o/a leitor/a possa visualizar com clareza os desafios impostos à educação na realidade em que estamos inseridos/as.

Por seguinte, discutirá sobre alguns limites à formação profissional em Serviço Social, apesar dos avanços conquistados pela categoria, e como isso impacta no perfil do/a assistente social resguardado pelas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Lembrando que existe um projeto profissional que corre risco devido à ofensiva neoliberal, pois à medida que intensifica a privatização da educação, a preocupação está em atender as demandas do mercado e não na qualidade do ensino.

É nessa perspectiva que a pesquisa se debruça com objetivo de analisar as particularidades do curso de Serviço Social na citada universidade à respeito da formação profissional do/a discente trabalhador/a, relacionando com o conteúdo já fomentado ao longo deste trabalho.

3.1 Reflexões para Compreender o Processo de Mercantilização do Ensino Superior

O curso de Serviço Social vem se expandindo em todo país a partir dos anos 2000, através do grande aumento de instituições públicas, privadas e à distância. Todavia, essa expansão ocorre de forma mercantilizada, visando atender os interesses aos capital.

Como foi dito no capítulo anterior, essa expansão ocorreu mais especificamente no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, eleito em 2002, dando continuidade no governo de Dilma

Rousseff, em 2010. Esses destacam a importância da formação superior da classe trabalhadora, mas também tem como objetivo a expansão do sistema capitalista por meio do ensino superior privado. Estabelecem como direito da população serviços educacionais nas instituições públicas e privadas, cabendo ao Estado arcar com os recursos financeiros nessas instituições, com o discurso ressaltado na “democratização do ensino”, através de programas ofertados.

O discurso governamental baliza-se pela defesa da expansão da educação superior, isto é, a democratização do acesso ao nível superior de ensino, utilizando-se, para tanto, dos seguintes meios: a) participação do setor privado presencial, através de ampla isenção fiscal, possibilitada pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI); b) participação dos setores público e privado de ensino a distância (EaD); c) ampla reestruturação do sistema público de ensino, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); d) reforço, na universidade pública, da lógica da mercantilização, através das parcerias público privadas (PEREIRA, 2009, p. 272).

Em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi criado o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), por meio de uma Medida Provisória de nº 1.827, de 27 de maio de 1999, e oficializada em 12 de julho de 2001 pela Lei nº 10.260/2001. Esse programa surgiu para intensificar a privatização da educação superior e poder custear os prejuízos causados a sociedade capitalista em consequência da crise do capital.

O FIES é um programa do MEC e destina-se à estudantes que desejam cursar o ensino superior em uma faculdade privada, mas que não possuem condições financeiras de arcar com os custos. O financiamento pode ser de 50%, 75% e 100%, dependendo da renda mensal familiar. O/a estudante depois de formado terá que pagar esse financiamento com juros. É importante frisar que o/a aluno/a que estiver matriculado/a no curso superior não gratuito, que recorre ao FIES, passa por alguns processos e são feitas análises a fim de saber se o/a mesmo/a poderá receber o financiamento (AVILA, LÉDA, VALE, 2012).

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, o FIES foi ampliado e passa por algumas mudanças, fortalecendo ainda mais a lógica da privatização e mercantilização do ensino superior, dando continuidade aos pontos centrais do programa, seguindo a mesma ideia dos governos neoliberais anteriores, preservando os interesses do capital, que para Lima e Pereira (2009), prega as mesmas propostas, porém, de uma forma “maquiada”.

Nesse contexto, segundo o Censo de Ensino Superior do MEC de 2016, no período de 2009, a quantidade de matrículas do Fies foi de 5% do total efetuada, passando para 39% em 2015. No ano seguinte, em 2016, foram disponibilizadas cerca de 325.000 novas vagas, tendo uma taxa de ocupação equivalente a 60,9%, ou seja, foram ocupadas 198 mil vagas. Tudo indica que o número de contratos vem aumentando em instituições privadas no decorrer dos anos, através do programa do Financiamento Estudantil.

No ano de 2004 foi criado o Programa Universidade para Todos (PROUNI), implantado pelo governo Lula, pela Lei nº 11.096/2005, como um programa destinado a favorecer o acesso à educação superior privada por estudantes pobres, objetivando a

concessão de bolsas de estudos, integrais e parciais, de 50% a 100%, em cursos de graduação nas instituições privadas, para estudantes brasileiros que não possuem diploma de curso superior (BRASIL, 2008).

Para se candidatar ao processo seletivo do PROUNI, os estudantes tem que realizar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em que o resultado deverá ser, de no mínimo, 450 pontos. O programa contempla estudantes pobres, exigindo um comprovante de baixa renda familiar, como também são oferecidas bolsas para alunos autodeclarados negros, indígenas, com deficiência e professores da rede pública de ensino básico.

Conforme Oliveira (2012) afirma, o PROUNI recebe críticas, principalmente de pesquisadores ligados ao setor público, ao indicarem que o mesmo incentiva a oferta da privatização do ensino, favorecendo o crescimento do setor privado na forma de isenção fiscal. O discurso é de que o programa surgiu com o objetivo de inserir mais jovens pobres em cursos superiores, mas mostra um grande favorecimento ao capital, à medida que privatiza a educação, principalmente em instituições com fins lucrativos.

O programa, pretextando a publicização do privado, na forma como foi aprovado e está sendo implementado, fortalece as instituições privadas comerciais de ensino. Pode-se entendê-la como forma de aplicação lato sensu do espírito das PPPs no campo do ensino superior. Em troca da isenção de um conjunto de impostos pelas IES privadas - o programa é muito mais interessante para as instituições com fins lucrativos - aprovou-se a possibilidade de troca de cerca de 10% das vagas ou 8,5% da receita bruta, na forma de bolsas para alunos egressos de escolas públicas (SGUISSARDI, 2006, p. 1043).

Dados do site do Ministério da Educação/PROUNI (2014) apontam que as instituições com fins lucrativos contabilizam 56% de bolsistas, em seguida as entidades beneficentes de assistência social com 27% e as instituições sem fins lucrativos não beneficentes, com 17% de bolsistas. Também vale frisar que no ano de 2005 o total de bolsas ofertadas era de 112.275, esse número aumentou para 306.726 em 2014.

De acordo com Mancebo (2004, p. 853), “com relação a esse Programa, deve-se insistir no seu aspecto privatizante, também, porque ele delega responsabilidades públicas para entidades privadas e, mesmo que os alunos não paguem mensalidades, contribui para o aumento da oferta privada nesse campo”.

A crítica em torno do PROUNI é de que ele proporciona uma política de acesso à educação superior pela transferência de recursos públicos para instituições privadas e, dessa forma, contribui com a oferta do ensino superior privado em razão da criação de novas vagas nas universidades públicas (CARVALHO, 2006).

Para incitar ainda mais a inserção desses/as estudantes nos cursos superiores em instituições privadas, de modo a contribuir com as demandas do empresariado, o governo Lula lançou uma estratégia, por meio da divulgação da Portaria Normativa nº 02, de 31 de março de 2008, articulando a distribuição dos recursos do FIES com a concessão das bolsas parciais do PROUNI. Com isso, os/as estudantes que fossem contemplados/as com 50% da bolsa, poderão custear o restante com o FIES.

O que se presenciou, portanto, no governo Lula da Silva (2003-2010), foi a continuidade da política de Estado neoliberal da Terceira Via de imputar ao Estado a desobrigação para com as políticas sociais de caráter universalizante, principalmente através da redução de verbas públicas para o seu financiamento e o estímulo ao empresariamento das atividades sociais (AVILA, LÉDA, VALE, 2012, p. 166 - 167).

Dando continuidade a essa mesma lógica da mercantilização no governo de Dilma Rousseff esses programas foram modificados para contribuir com a expansão de matrículas nas instituições privadas, apresentando-se como uma “democratização do acesso da classe trabalhadora ao ensino superior”.

A expansão do setor privado mercantil do ensino superior foi reforçada pelas políticas educacionais ensejadas nos dois governos Lula e ampliadas no governo Dilma, como é o caso do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e seus sucessivos reajustes, no sentido de ampliar a oferta e suprir as demandas do empresariado da educação superior; do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES); da abertura do setor educacional para a participação das empresas e grupos estrangeiros; e da utilização do ensino a distância (EaD) como via para a “democratização” do acesso à educação, dentre outros mecanismos (AVILA, LÉDA, VALE, 2012, p. 169).

Não somente o FIES, como também o PROUNI realizam “parcerias” com as instituições privadas por meio de um financiamento com verbas públicas pelo qual o governo investe na educação aos/às estudantes, pregando o discurso da democratização do ensino superior, mas que reforça a lógica mercantil e privativa, em que a preocupação gira em torno da obtenção dos lucros e não somente da democratização do ensino.

No governo de Dilma em 2010, é perceptível que essa expansão da educação superior se desenvolveu de forma mais intensa, por uma via de acesso e de inovação tecnológica, reformulando o ensino à distância (EAD), como uma nova modalidade que priva o acesso à pesquisa e à extensão e também a vivência do debate universitário (BRAZ, RODRIGUES, 2013).

Dados do Censo de Ensino Superior de 2016 apontam que em 2006 apenas 4,2% dos estudantes estavam matriculados no ensino à distância. Após dez anos, esse número aumentou para 18,6%, com o total de 843.181 matriculados nessa modalidade, a fim de formar profissionais para atender as demandas do mercado de trabalho.

Isso mostra o quanto a educação superior nas instituições privadas ocorre de forma mercantilizada, visto que o principal objetivo não é em oferecer um ensino de qualidade, mas sim, formar profissionais para cumprir com as exigências do mercado, através de uma tecnologia avançada, em que as aulas acontecem à distância.

A educação à distância põe-se como uma prática instrucional entre diferentes sujeitos, mediada por tecnologias de informação e comunicação com foco no processo de ensino-aprendizagem, num contexto tal em que a objetividade social apresenta um horizonte de possibilidades orientado pela racionalidade mercantil produzida pela mudança nas estruturas sociais, resultado do processo de reformas que se assistiu no país na segunda metade dos anos 90, especialmente a do Estado e da educação superior. Em acréscimo, a mediação feita através do “barato e acessível sistema tecnológico” não permite que os sujeitos da prática educativa com foco no cognitivo a desenvolvam nas mesmas relações sociais. Isso reduz ainda mais a possibilidade de uma formação humana, que contribua para a complexificação da sociabilidade dos sujeitos e da própria sociedade em geral. Torna as ações instrucionais à distância instrumentos para uma adaptação de sujeitos a sua própria realidade, sem dar-lhe a chance de formar-se para além dos “saberes”, na troca que se estabelece na prática

social, no que se refere aos desejos, sentimentos e valores. Isso é centralizadamente imposto ao sujeito do processo de ensino-aprendizagem, colocando-o numa posição passiva, violentando sua forma de ser, sem que ele tenha a oportunidade de enfrentar o conflito, a contradição, a tensão, intrínsecos a qualquer processo formativo (SILVA, 2002, p. 26).

É possível compreender como a educação superior à distância é fragilizada por não contribuir com a socialização e interação presencial entre alunos e docentes e também por não oferecer o tripé educacional de ensino, pesquisa e extensão, que é de suma importância para a formação profissional do/a discente, uma vez que o/a coloca frente à realidade desenvolvendo práticas que irão o/a ajudar a exercer o seu trabalho cotidiano com desempenho, como afirma Scheibe (2009).

De acordo com o Censo de 2016, foram ofertados 34.366 cursos de graduação no ano de 2016 em 2.407 instituições, tendo um aumento considerável de 8.052.254 estudantes matriculados, mas é extremamente preocupante a maneira de como essa expansão vem ocorrendo nos últimos anos, sendo que a principal preocupação do governo é a quantidade de matrículas para que muitos jovens possam conseguir o diploma conforme é exigido pelo mercado de trabalho e não por uma educação de qualidade.

Mesmo que esses programas sejam justificados pelo governo como benefícios à classe trabalhadora, propiciando o acesso ao nível superior de ensino por jovens e adultos que antes não tinham condições financeiras de ingressar em uma instituição privada e que não tiveram a oportunidade de uma formação superior, foi observado que o objetivo é o aumento dos lucros do capital.

Dessa forma, ao invés de pensar que estaria se desenvolvendo uma preocupação com a formação e com a educação dos indivíduos, que contribuiria para gerar mais demanda pela educação, é indicado pensar que estamos diante de uma necessidade criada pelo capital: a produção de mais-valia se expande a tais níveis que tornam necessárias novas e mais ampliadas inclusões de todas as formas de reprodução social na esfera de controle do capital. Nesse contexto, a educação também tem de ser subordinada ao crivo do capital, tem que ser imediatamente produtiva (MINTO, 2011, p. 276).

Durante esse período de expansão da educação superior, também merece destaque, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096/2007, proporcionando a facilitação do ingresso de estudantes ao ensino superior público, com a oferta de Bolsa Auxílio aos/as estudantes e ampliação das vagas, cursos noturnos, criação de novos cursos, entre outros. No entanto, a maneira como essas instituições recebem os/as alunos/as ainda é fragilizada, visto que falta organização da Política Estudantil em oferecer um ensino de qualidade e possibilitar não somente o acesso, mas a permanência de todos/as que estiverem inseridos/as nos cursos. (BRASIL, 2008).

É necessário destacar que maioria das instituições de ensino superior são privadas, com o percentual de 87,5%, enquanto as públicas com apenas 12,5%. Entre as instituições privadas, prevalecem os centros universitários com o total de 94% e as faculdades com 93%. À respeito das universidades públicas, 40,7% delas são estaduais, 36,3% são federais e somente

23% são municipais, conforme consta no Censo da Educação Superior de 2016. Assim, evidencia-se um grande número de instituições privadas e a falta de investimentos em mais universidades públicas para oferta de novas vagas.

O Reuni tem como finalidade ampliar as vagas nas universidades federais, para que os jovens pudessem ter acesso ao ensino superior público. A universidade que não aderisse ao REUNI, não receberia as verbas públicas para desenvolver suas atividades pedagógicas. Para Lima, Azevedo e Catani (2008) foi uma medida de estimular a concorrência entre as universidades federais, em busca da identidade ao modelo sugerido pelo MEC.

Com este programa, o governo propunha a ideia da “democratização do ensino superior público”, com o intuito de formar profissionais que se ajustem as novas demandas impostas à sociedade que, para Castro, Cabral (2012), isso aconteceu devido à necessidade de se ajustar às novas demandas da economia mundial, como uma estratégia essencial para melhorar a competitividade dos países.

De acordo com o Censo de 2016, houve um aumento de 1,9% dos cursos públicos de graduação, sendo ofertadas mais de 10,6 milhões vagas, em que 73,8% são vagas novas e 26%, são vagas remanescentes. Sobre o quadro docente nas universidades federais nota-se um avanço, no sentido de inserir mais professores capacitados, embora ainda faz-se necessário uma transformação, para que, de fato, busque formar profissionais qualificados, por meio de um ensino de qualidade e de uma Política Estudantil comprometida com o processo de formação do/a discente.

O ensino superior é importante não somente por preparar o/a aluno/a para o mercado de trabalho, mas também por formar profissionais que busquem contribuir para o enfrentamento dos desafios no mundo contemporâneo. E isso só será possível com um ensino superior qualificado, em que o/a estudante tenha o seu contato com a prática durante a graduação, a partir das diversas experiências que a universidade deve oferecer nas aulas presenciais, no estágio curricular supervisionado e no tripé educacional do ensino, pesquisa e extensão.

Por isso há a necessidade de uma ampla reestruturação da educação superior nas universidades públicas, através de um pacto entre governo, instituições de ensino e sociedade, objetivando a elevação dos níveis de acesso, a garantia da permanência dos/as estudantes e o ensino de qualidade, pois no contexto atual em que vivemos permeados de desigualdades é preciso profissionais competentes e comprometidos com a sociedade para responder com criticidade as demandas existentes (BRAZ, RODRIGUES, 2013).

As cotas raciais e sociais, por exemplo, tiveram grande importância nesse momento, tendo como finalidade facilitar a inserção ao ensino superior de estudantes negros, pardos, indígenas e pobres que frequentam escolas públicas e que são vítimas das desigualdades sociais ocorridas no País.

Para Santos e Rocha (2007), as cotas são medidas do governo que tem como objetivo reservar vagas em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, destinadas às classes menos favorecidas, visando ampliar a inclusão social. No ano de 2012 com a Lei 12.711, foi regulamentado o sistema de cotas em universidades federais, para aqueles estudantes da rede pública, com separação de vagas para candidatos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e de baixa renda. Os dados do Censo da Educação Superior mostram que o percentual de matrículas em cursos de graduação através das cotas evoluiu de 11% em 2011, para 30% no ano de 2016.

Portanto, conforme consta na Lei, é a partir do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) que ocorre a seleção dos candidatos. A previsão é de que a Lei reserve no mínimo 50% das vagas para estudantes cotistas, a fim de contribuir para redução das desigualdades raciais e sociais, não somente na educação, mas na sociedade brasileira como um todo. A seguir, Silva (2009) relata sobre o sistema de cotas como política obrigatória no Brasil.

O sistema de cotas, como posto é política obrigatória de estado e forma legítima de reduzir “dívida histórica” comprovada em favor do segmento negro, não ofendendo, portanto, a qualquer princípio jurídico interno ou externo. Desse modo, o Estatuto da Igualdade Racial jamais dividiria a sociedade entre “brancos”, de um lado e “negros” e “pardos”, de outro, deixando privilégios a estes últimos, como se apregoa. A sociedade brasileira já está dividida e separada por anacrônica e indubitosa injustiça, exigindo políticas afirmativas constantes cujo objetivo básico é resgatar direitos dos negros após três séculos de regime escravagista. Este fato, não pode caracterizar privilégio dividir sociedade econômica e politicamente já dividida, gerar ódio racial, nem confundir problemas raciais com problemas de pobreza. A pobreza, no Brasil, tem como principal entre suas velhas causas, a “ideologia racial” ou o racismo propriamente dito, notando-se que, apesar da escravidão ter sido abolida há 121 anos, só agora o Estado Brasileiro vem tomando medidas concretas para garantir cidadania plena aos negros (p. 345).

Vale ressaltar que a Lei não possui uma política capaz de garantir a permanência desses/as estudantes nas universidades, ou seja, permite a inclusão de uma parte, mas depois de ingressos, não contribui para que estes/as permaneçam nas instituições, pois a política de educação é precária e seletiva, oferecendo possibilidades mínimas de acesso à Bolsa Auxílio, ao restaurante universitário (RU), à residência universitária, à biblioteca, entre outros. É imposta uma série de dificuldades que muitas vezes os impedem de concluir os cursos, tendo em vista as inúmeras despesas a serem custeadas durante o processo de graduação.

Com isso, percebe-se que as cotas para funcionarem, precisam ser interpretadas como forma de direito social, garantindo a inclusão e permanência no ensino superior como um direito de todos/as, com a finalidade de reduzir as desigualdades de raça, classes e gênero em suas diferentes formas, nessa sociedade fundamentada pela ótica neoliberal.

Diante de tudo o que foi posto, é possível compreender como isso vai impactar principalmente na formação profissional do/a assistente social, visto que o/a mesmo/a irá atuar na defesa e no acesso dos direitos da população, na viabilização das políticas sociais, tendo como base um projeto profissional, que corre risco devido à avalanche neoliberal. Como relatam Oliveira, Santos e Silva (2010), observamos que os rebatimentos oriundos. “Desta lógica mercadológica do ensino superior vem incidindo diretamente na formação profissional do

assistente social, haja vista que os serviços ofertados nas faculdades privadas – atividades de ensino, pesquisa e extensão – são revertidos em produtos” (p. 85).

A categoria de Serviço Social apoia-se em um projeto ético-político fundamentado na teoria crítica, em que a intervenção requer um profissional com uma apreensão voltada para criticidade. Todavia, essa apreensão atravessa algumas implicações diante do atual contexto social, provocando um retrocesso nos avanços que foram conquistados ao longo dos anos. Para melhor compreensão do/a leitor/a, serão expostos no próximo tópico, os limites e possibilidades à formação profissional em Serviço Social na contemporaneidade.

3.2 Limites e Possibilidades Impostos à Formação Profissional em Serviço Social

A formação profissional em Serviço Social tem a sua base apoiada nos elementos que compõe o projeto ético-político da profissão, que é a Lei de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, buscando formar um perfil profissional dotado de competência teórico-crítica e ético-política, comprometido com a sociedade em razão de uma “nova cidadania coletiva, capaz de abranger as dimensões econômicas, políticas e culturais da vida dos produtores de riqueza, do conjunto das classes subalternas” (IAMAMOTO, 2003 p. 185).

Diante dos grandes avanços conquistados pelo Serviço Social, com a construção do projeto ético-político, ganhando cada vez mais espaço nas universidades e rompendo com o tradicionalismo, a formação profissional vem enfrentando vários desafios com a ameaça neoliberal na contemporaneidade, pelo processo de precarização e privatização do ensino superior que conseqüentemente, rebate no sistema educacional (PEREIRA, 2009).

Esse processo de privatização e mercantilização do ensino superior vai impactar diretamente no Serviço Social, impondo desafios à formação como também ao exercício profissional, pois um/a profissional que teve sua formação restringida apenas à sala de aula, dificilmente irá possuir um posicionamento crítico em torno do real, no sentido de intervir nele de forma qualificada, de acordo com o que está posto no Código de Ética Profissional e no Projeto Ético-político da categoria.

Conforme (Lima, 2007) foi a partir dos anos 2000 que ocorreu uma intensa expansão dos cursos de Serviço Social de forma acelerada, especialmente na esfera privada e na modalidade de ensino à distância (EAD), apresentando desafios à formação profissional dos assistentes sociais e ao mercado de trabalho do Serviço Social.

Com base nas Sinopses Estatísticas do INEP/MEC, no ano de 2013 foram totalizadas 19.191 matrículas em cursos de Serviço Social nas universidades públicas. No mesmo ano constatou-se o total de 59.972 matrículas em instituições privadas e 94.595 na

modalidade de ensino à distancia. É evidente que a ofensiva da privatização do ensino superior se intensifica de forma mais esmagadora nas instituições privadas, sobretudo à distância.

Segundo Pereira (2013), o ensino à distância “trata-se de uma modalidade de ensino que possibilita ao setor privado uma rápida e lucrativa expansão de matrículas, constituindo-se como importante alternativa a um mercado cujo público consumidor apresenta históricas limitações financeiras” (p. 18).

A expansão da EAD está intrinsecamente ligada à estratégia de privatização do ensino, visto que uma parte dessas instituições possibilita uma formação aligeirada, visando uma rápida obtenção do certificado para garantia da lucratividade do capital, mais do que por uma formação qualificada.

Ademais, sendo o objetivo a lucratividade, compreende-se por que os cursos de graduação em pedagogia, administração e serviço social são os mais explorados do ponto de vista comercial: exigem poucos investimentos e garantem rápida lucratividade, o que já indica uma formação fragilizada para o público „consumidor” dessa modalidade formativa. Ou seja, as empresas educacionais – por meio do EaD – garantem muitas matrículas (e mensalidades escolares) sem precisar contratar tantos/as docentes, com a contratação de muitos/as tutores/as, que geralmente têm vínculos trabalhistas precários e baixos salários (CFESS, 2014, p. 22).

Não somente a EAD como também o ensino superior presencial ocorre de forma precarizada, devido os cursos de Serviço social ser em grande maioria na esfera privada e inseridos em instituições não universitárias, não havendo a necessidade de desenvolver o tripé de ensino, pesquisa e extensão, em que irá dificultar o desenvolvimento de um ensino de qualidade (CFESS, 2014).

É perceptível que a formação profissional em Serviço Social nas instituições privadas de um modo geral, é insuficiente, visto que em alguns casos não oferecem o tripé educacional de ensino, pesquisa, extensão que são de grande relevância durante a graduação, e o estágio curricular supervisionado muitas vezes acontece de forma fragilizada. É uma formação muitas vezes rápida, somente em sala de aula, ausente da troca de conhecimentos. Isso rebate no serviço social, por ser uma formação diferente do que está previsto nas diretrizes curriculares, desvalorizando a própria profissão.

O profissional de Serviço social deve possuir como característica uma criticidade capaz de compreender o contexto histórico do objeto em análise, para que assim possa intervir na realidade social em seus diferentes níveis. Porém, a conjuntura neoliberal causa impactos em relação à efetivação do projeto ético-político e também no espaço sócio-ocupacional, devido a essa lógica mercantil que coloca a educação como um meio de gerar lucros. Sobre os desafios impostos à profissão, Oliveira, Santos e Silva (2010) relatam que:

trazem sérias implicações para o Serviço Social na contemporaneidade, tanto no que diz respeito ao espaço sócio ocupacional do assistente social, que vem sofrendo com os ajustes neoliberais – perda de direitos sociais, retirada do Estado, precarização do trabalho –, como com os desafios enfrentados pela categoria para efetivação do projeto ético-político, numa conjuntura desfavorável para a classe trabalhadora e favorável ao capital. Em consonância com este movimento conjuntural surgem no bojo profissional atores da categoria que enveredam no campo de sua intervenção pelas “práticas terapêuticas” ou “Serviço Social Clínico”, que se utilizam de concepções teórico-

metodológicas voltadas aos segmentos da psicanálise junto ao indivíduo, reportando-se à sua subjetividade no trato das necessidades sociais destes (p. 91).

Vai implicar na categoria de Serviço Social por precarizar a educação, sobre a falta das dimensões fundamentais do ensino, pesquisa, extensão e do estágio supervisionado, que com a ampliação do ensino privado, acaba limitando a formação profissional do/a discente por não oferecer essa dimensão de ensino.

A partir da Constituição de 1988, deu-se início à reformulação do ensino, pesquisa e extensão no âmbito universitário, colocando-os como elementos essenciais para uma formação comprometida e de qualidade, pois é por meio desse tripé educacional que o/a estudante será capaz de desenvolver uma leitura contextualizada das demandas da atual sociedade, de acordo com o perfil profissional estabelecido pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

A relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, quando bem articulados, conduz a mudanças significativas nos processos de ensino e de aprendizagem, fundamentando didática e pedagogicamente a formação profissional, e estudantes e professores constituem-se, efetivamente, em sujeitos do ato de aprender, de ensinar e de formar profissionais e cidadãos (DIAS, 2009, p. 39 e 40).

O tripé educacional universitário possibilita que o/a aluno/a tenha um contato direto com a prática, sendo capaz de identificar os aspectos que precisam ser melhorados para ampliar sua competência profissional, desenvolvendo uma capacidade de enriquecimento nos debates e discussões em torno da problemática apresentada, na dimensão investigativa e no exercício profissional em que irá atuar (MOITA, ANDRADE, 2009).

Sobre o estágio curricular supervisionado em Serviço Social, as Diretrizes apontam sua importância para a formação profissional, trazendo os parâmetros quantitativos na relação supervisor acadêmico, supervisor de campo e estagiário, contra a precarização do ensino superior.

A Resolução do CFESS N° 533, de 29 de setembro de 2008, apresenta a importância do estágio supervisionado obrigatório ou não, dependendo da requisição da instituição conforme as Diretrizes Curriculares, contando com um total de carga horária e obtenção do certificado quando obrigatório, desenvolvendo a supervisão do/a discente por meio do acompanhamento do/a supervisor/a acadêmico/a e de campo, sem vínculo empregatício algum, mas que contribui significativamente para o seu aprendizado.

Com isso, a ABEPSS elabora a construção de uma Política Nacional de Estágio – PNE, que visa a contribuição do processo teórico prático do/a discente para formação profissional do/a assistente social. Essa política é resultado de muitas lutas no decorrer dos cursos de Serviço Social, em meio à esses impactos desafiadores causados pela contra reforma do Estado neoliberal. Foi um salto qualitativo para o ensino superior e deve ser referência nas unidades de formação acadêmica, pois traz consigo um enriquecimento intelectual nesse processo de formação do/a discente.

As Escolas de Serviço Social passaram a construir os primeiros campos de estágio para que os/as estudantes pudessem conhecer a prática do cotidiano dos profissionais e as necessidades dos usuários em seu processo de aprendizagem, de modo a contribuir para sua formação profissional, através da relação entre supervisão e estágio, utilizando-se de discursos teórico, metodológico e político.

Segundo Lewgoy (2009) a supervisão de estágio “corresponde a uma das atividades mais antigas de ensinar e aprender” (p. 65). É a partir desse processo que o/a discente vai possuir uma aproximação significativa com a dinâmica da realidade para a sua formação profissional, em que o/a supervisor/a e o/a estagiário/a precisam refletirem sobre a concepção de trabalho que se deve intervir na “questão social” apresentada.

A supervisão de estágio é canal de ligação entre as disciplinas e os campos de estágio, na medida em que privilegia a análise conjuntural de processos sociais em curso na sociedade geradora das múltiplas expressões da questão social; ela possibilita a elaboração e reelaboração do objeto de intervenção e a criação de estratégias comprometidas com a dimensão ético-política do projeto profissional em suas particularidades socioinstitucionais (LEWGOY, 2009, p. 167).

É nesse processo de ensino e aprendizagem que o/a discente vai ter o seu primeiro contato com o exercício profissional, possibilitando um desenvolvimento de conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos, técnico-operacionais que o oriente, sem que de forma alguma possa substituir o trabalho dos profissionais.

Contudo, nota-se que o Serviço Social tem avançado mesmo diante dos desafios da atual conjuntura, em viabilizar o estágio supervisionado e as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Porém, perpassa grandes desafios devido a expansão do ensino superior de forma mercantilizada de acordo com a lógica neoliberal para atender os interesses do capital, através das instituições de Ensino à Distância e de ensino privado presencial, em que boa parte compromete a qualidade do ensino, por não oferecer atividades que vão além da sala de aula, que possam contribuir qualitativamente para a formação profissional do/a discente.

Mediante o supracitado, no próximo tópico será abordado como ocorre a formação profissional do curso de Serviço social da UFCG de Sousa-PB, no intuito de compreender a sua configuração a partir da realidade dos/as discentes trabalhadores/as, tendo em vista os desafios impostos a estes/as.

3.3 Particularidades do Curso de Serviço Social na UFCG de Sousa-PB

Neste tópico trataremos sobre como a Universidade Federal de Campina Grande - UFCG *campus* Sousa é organizada em relação à formação profissional do/a discente trabalhador/a do curso de Serviço Social. Trazendo para o/a leitor/a elementos informativos dessa realidade local, a fim de compreender se a universidade oferece, ou não, condições para a permanência e formação desses/as discentes no curso.

É importante frisar que para o processo de entrevistas foram escolhidos/as alguns/as docentes e discentes trabalhadores do curso de Serviço Social da UFCG. Os/as sujeitos/as da pesquisa não foram identificados/as para manter o sigilo exigido no processo de pesquisa e sendo referenciados/as apenas de forma numérica, através dos termos docente de 01 (um) a 04 (quatro) e, discente, de 01 (um) a 06 (seis). Os números para cada entrevistado/a foram escolhidos por meio de sorteio.

As entrevistas foram realizadas através do uso do gravador de voz, um roteiro e um formulário de entrevista para posterior transcrição e análise dos dados, comprometendo-se com o sigilo ético e científico que o processo investigativo exige. Foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que continham os objetivos da pesquisa e, como os seus dados seriam utilizados assegurando o compromisso ético do processo da entrevista.

Foi o total de 10 (dez) entrevistados/as. Um número de 04 (quatro) docentes e 06 (seis) discentes trabalhadores/as que fazem parte do curso de Serviço Social da UFCG. A pesquisa ocorreu de forma satisfatória. Todos/as os/as entrevistados/as forneceram informações de total relevância para uma análise aprofundada e para que conseguíssemos chegar a um determinado resultado.

Com relação ao perfil dos/as discentes entrevistados/as, todas são do sexo feminino, com idades entre 26 a 47 anos. Estavam inseridas no 6º (sexto), 7º (sétimo) e 8º (oitavo) períodos. Sendo que 03 (três) participam de outras atividades complementares ao curso e 03 (três) não participam de nenhuma dessas atividades. A respeito da carga horária de trabalho, todas cumprem 8 horas diárias.

No que refere ao perfil dos/as docentes, 03 (três) são do sexo feminino e 01 (um) do sexo masculino, com idades entre 28 e 36 anos. Estão de 01 (um) a 06 (seis) anos como servidores/as da UFCG. Dentre estes, 03 (três) possuem cursos de pós-graduação em Serviço Social e 01 (um) em uma área afim, 03 (três) possuem vínculo efetivo e 01 (um) possui contrato temporário. Todos/as desenvolvem atividades extra sala de aula.

Conforme debatido durante todo esse trabalho, o Serviço Social contemporâneo é resultado de muitas lutas ao longo da história, principalmente ao que se refere à formação profissional inserida no contexto do capitalismo, que coloca desafios à implantação e consolidação de um projeto de formação expresso nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

A formação profissional em Serviço Social é um dos temas mais discutidos pela categoria, colocando sempre em pauta a implementação de um projeto profissional crítico, fundamentado em debates teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, enfatizando a importância do tripé educacional de ensino, pesquisa e extensão nas instituições de educação superior que percorre desafios nesse processo de mercantilização.

O foco da análise será a formação profissional em Serviço Social do/a discente trabalhador/a da UFCG, com o objetivo de mostrar como a referida universidade se comporta em relação à formação desses/as discentes. Porém, antes de focar no objeto em questão, é

importante destacar a compreensão da expansão do curso de Serviço Social na atualidade a partir das falas de alguns/as docentes entrevistados/as, em que obtivemos os seguintes depoimentos:

A grande parte dos cursos de Serviço Social vão surgir em 2010, a partir do Reuni nas federais, mas também uma expansão muito grande nas faculdades privadas e no ensino à distância. A gente teve mais vinculado à um período dos governos petistas, mas uma expansão que pra mim se caracteriza numa linha muito tênue entre o acesso ao ensino superior, a possibilidade inclusive de interiorizar esse acesso, de chegar à cursos em universidades públicas em cidades pequenas que antes era inexistente essa possibilidade. Então se democratiza, avança nesse sentido, mas ao mesmo tempo também com muitas contradições, sobre que condições esses cursos se expandem, que quadro docente, que política pra receber, acompanhar a permanência dos estudantes que passaram a ter acesso (DOCENTE 01).

Teve um período de expansão principalmente depois de 2004 que é onde o EAD acha um espaço significativo de se fazer ali enquanto espaço de reprodução ampliado do capital, em razão da lucratividade mesmo, em que se tem uma demanda crescente e também se tem as estratégias ideológicas, econômicas, financeiras do capital e intervir e oferecer mão de obra, não só mão de obra como exército de reserva, como reserva de mercado, mas também como filão de enriquecimento das instituições privadas de ensino que ganharam muito dinheiro e continuam ganhando muito na formação em Serviço Social (DOCENTE 03).

Eu acho que o curso tem crescido em todas as modalidades, seja presencial ou à distância, tem se expandido no âmbito privado e no público, e de certa maneira eu fico um pouco preocupada com a expansão em nível da modalidade EaD e também um pouco com o ensino privado, porque sei como é complicado o curso em nível privado (DOCENTE 04).

Nas falas destacadas, a expansão do curso de Serviço Social é compreendida como um avanço, mas que ao mesmo tempo é preocupante pela maneira como vem acontecendo, devido ao grande número de instituições privadas e principalmente na modalidade à distância, visando corresponder imediatamente as determinações do mercado.

Para Orso (2013), o desafio colocado no atual modelo de sociedade é a maneira de como a educação é posta nesse cenário, com a ausência de conteúdos que primam uma formação crítica, de debates enriquecidos, de questionamentos acerca da realidade. A grande preocupação é garantir a reprodução da lógica capitalista e não a formação de sujeitos comprometidos com a sociedade.

Como já foi apontado no Capítulo I, trazendo para a realidade da UFCG *campus* Sousa, o curso de Bacharelado em Serviço Social é considerado novo, criado no ano de 2009, com apenas oito anos de existência, articulado às necessidades de expansão da universidade e orientado pelo REUNI, com base nas diretrizes gerais exigidas pelo MEC e centrado no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Em 2009 foi criado o Curso de Bacharelado em Serviço Social que possibilita aos profissionais avaliar e implementar as políticas sociais públicas. O perfil do profissional de Serviço Social, na atualidade, exige, além dos conhecimentos sobre as expressões da questão social, conhecimentos que forneçam a apreensão das relações sociais dentro de uma perspectiva de totalidade, bem como os subsídios teóricos para a sua formação profissional (UFCG, 2013, p. 9).

O curso de Serviço social se particulariza por formar profissionais de caráter crítico-generalista, capacitados nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para intervir nas expressões da “questão social”. Nesse sentido, foi indagado às discentes e

aos/às docentes entrevistados/as suas opiniões a respeito desse curso no âmbito da UFCG. Na análise das falas é perceptível que os/as discentes mostram uma ampla compreensão sobre as particularidades do curso, no que se refere as possibilidades e desafios a serem superados. Vejamos:

Na minha opinião é um curso que tem avançado bastante, por possuir em seu quadro docente professores bem preparados, com um número de mais professores da área do Serviço Social mesmo. É um curso muito importante na UFCG, para que estudantes pobres pudessem ter acesso a ele, já que é ofertado em uma instituição pública. Mas para mim deveria se ampliar, sendo ofertado em outros turnos para que mais estudantes pudessem ter acesso a ele e pela quantidade de professores que é pouca, acho que deveriam ofertar mais vagas também (DISCENTE 01).

Eu acho que em termos da academia é um curso bastante importante. O corpo docente é bastante comprometido em formar alunos que não tenham só uma profissão, mas que saiam da universidade pensando como podem fazer pra atuar, pra mudar de fato a nossa realidade. É claro que existem alguns desafios a serem superados, tanto pelo corpo docente, quanto pelos discentes, mas eu acho que pra ser um curso novo, ele já tem avançado bastante, principalmente nesses últimos anos (DISCENTE 02).

Muito bom. Porém possui algumas fragilidades a respeito de uma baixa quantidade de professores. Também pelo fato do curso ser ofertado apenas pela manhã. Mas é claro que os professores mostram uma preocupação em oferecer pra os alunos um ensino de qualidade mediante as dificuldades encontradas pela própria universidade (DISCENTE 03).

Ao analisar as falas dos/as docentes entrevistados/as, observa-se que a compreensão não é divergente da opinião das discentes, mas acrescentam alguns elementos que nos possibilita melhor entender como o curso tem avançado mesmo sendo novo e quais as dificuldades a serem superadas.

Apesar do curso de Serviço Social da UFCG ser novo, tem avançado bastante mediante os desafios colocados pelas próprias condições da instituição. Foi um ganho quantitativo para o município de Sousa por ser o único curso público no interior da Paraíba, permitindo a inserção de alunos/as sem possibilidades de acesso ao ensino superior em outras cidades e, ao mesmo tempo, apresenta alguns desafios por ainda estar em processo de interiorização. Fora esse curso público proveniente do Reuni, nas proximidades da cidade existe um curso em faculdade particular à distância e dois cursos em faculdades privadas presenciais.

Eu acho que é um curso relativamente recente. Tem uma trajetória curta de 2010 pra cá com a primeira turma, que surge em condições bastante precárias, praticamente com um número insuficiente de professores. Nas conquistas do quadro de professores no curso elas são muito recentes, pra gente ter um mínimo de estabilidade desse número de professores, que acho que é de 2016 pra cá, a gente vai ter um grande quadro maior de assistente social. Mas tem avançado a partir de um compromisso ético e político dos docentes, do conjunto de estudantes que estão juntos no curso, muito mais do que pelas condições concretas da Política de Educação. O próprio aumento do número de professores não foi porque o MEC enviou uma nova vaga pra professor. A partir de articulações políticas que a gente foi construindo pra ter, pra negociar a vaga já existente de professores que se aposentavam, de professores que eram redistribuídos para outras universidades, que eram de outros cursos e a gente tentava negociar para que viessem pro Serviço social essa vaga, mas não foi por vaga do MEC, então foi mais pela articulação política do que fruto da política de educação do ministério (DOCENTE 01).

O curso de Serviço social relativamente jovem, no sertão da Paraíba, é o único curso público de Serviço Social no interior da Paraíba na realidade, e se põe uma série de

desafios. Mas eu vejo o curso de Serviço Social da UFCG como um curso de grande potencial, que a gente ainda não consegue explorar, até pela própria rotatividade de professores. Essa possibilidade da gente se fixar aqui, possibilita a construção de agendas políticas e pedagógicas pro curso no sentido de superar os desafios que nós temos com relação as questões pedagógicas de ensino, pesquisa, de extensão, sobretudo de pesquisa que ainda é muito frágil no curso, porque é uma fragilidade do centro. Mas eu avalio como um bom curso, como uma boa proposta pedagógica. Apesar da gente sempre em todo começo de semestre fazer uma execução curricular que atenda as necessidades dos alunos e que atenda os preceitos de formação profissional que a gente acredita que a ABEPSS indica, e o próprio perfil profissional que é requerido pelo Conselho Federal, pelas normativas éticas, inclusive não apenas ética, mas ética política também. Mas eu vejo o curso como um bom curso (DOCENTE 03).

O curso é novo. Vem nesse processo de interiorização das universidades, muito pelo Reuni que tem muitas barreiras pra gente organizar o que é uma universidade com o tripé ensino, pesquisa e extensão. Porque o Reuni é muito focalizado na questão do quantitativo, focalizado na questão da qualidade do ensino, é algo muito quantitativo, muito preocupado só com dados numéricos. Mas mesmo assim, eu acho que é um grande ganho pra região um curso gratuito e eu acho que o curso tá no processo de organização do corpo docente, ainda tá no processo de formação, a gente ainda tá engatinhando (DOCENTE 04).

É notório que mesmo sendo um curso composto por um quadro docente comprometido com a formação do/a estudante, buscando sempre a qualidade do ensino e possibilidades para que os/as discentes possam ter uma experiência além da sala de aula, possui algumas fragilidades pelo número reduzido de professores para as demandas existentes no espaço universitário. Por ser uma pouca quantidade de professores/as, acabam ficando sobrecarregados/as com o número de disciplinas para ministrarem, projetos de extensão e pesquisa, supervisão de estágio e outras atividades.

É necessário frisar que para proporcionar uma formação profissional comprometida, crítica e criativa, a universidade deve oferecer condições para a redefinição do projeto educacional do Serviço Social, que possibilite experiências para além da sala de aula, sendo preciso formular debates que busquem superar as dificuldades no interior da instituição. Nesta linha de pensamento, Wanderley (1998), afirma que:

A ela [universidade] cabe responder pela exigência de contemporaneidade através do ensino, pesquisa e extensão que realiza [...]. A ela cabe construir respostas acadêmicas expressas em seus projetos curriculares, que se traduzem na necessidade de se articular formação universitária e mercado profissional. Articulação esta que não se confunde com a simples adequação à dinâmica reguladora do mercado, numa perspectiva meramente instrumental. Há necessidade sim de conhecimento e sintonia com mercado profissional e, ao mesmo tempo, um distanciamento crítico deste, que permita a construção de projetos educacionais analíticos e inovadores, que apontem alternativas viáveis coerentes com os compromissos assumidos pela universidade (p.16).

Atualmente existe um número maior de professores da área específica do Serviço Social na UFCG, mas ainda é insuficiente para a garantia de um ensino de qualidade, visto que possuem uma sobrecarga enorme devido à quantidade de disciplinas, projetos de extensão, pesquisa e monitoria para ministrarem, como já mencionados. Isso se apresenta como precarização no campo acadêmico, pela falta da oferta de vagas para professores da categoria do Serviço Social. Portanto, se o curso tem avançado, deve-se ao comprometimento do quadro docente com a formação profissional do/a discente, por meio de articulações dos/as próprios/as professores/as e não pela política educacional.

O fato de o curso ser apenas matutino também se apresenta como um grande desafio, não só no ingresso, mas na permanência do/a discente. Inclusive para quem é trabalhador/a que precisa garantir a sua sobrevivência e, ao mesmo tempo, conciliar ensino e trabalho. Nas falas das discentes entrevistadas ficou explícito que a maior dificuldade é a falta de tempo para a realização de leituras fora da sala de aula:

As dificuldades são muitas, pois para conseguir assimilar bem os conteúdos e cumprir todas as demandas que se exigem em um curso superior é necessário e fundamental que se tenha muito tempo além do horário presencial diário na mesma. Contudo além da universidade e o trabalho também exercemos as funções de dona de casa, mãe. E isso vai gerando um cansaço físico e mental fazendo com que o trajeto do curso se torne ainda mais exaustivo quanto ao pouco tempo para cumprir as tarefas exigidas pela carreira acadêmica (DISCENTE 03).

Na minha opinião é uma formação profissional totalmente diferente da formação dos demais estudantes que tem todo tempo disponível para se dedicarem somente aos estudos, para realização de leituras. Eu caracterizo como uma formação limitada, que muitas vezes acontece somente em sala de aula, não conseguindo esse estudante ter acesso a outras atividades que são de grande importância para uma formação profissional mais comprometida com a realidade da sociedade, e isso torna-se bastante difícil pelo fato do estudante que trabalha não conseguir conciliar ensino e trabalho (DISCENTE 01).

O discente trabalhador fica muito aquém dos que não trabalham que tem todo o tempo disponível para a pesquisa e leitura. Além do mais precisa se esforçar para manter as atividades em dia em pouco tempo (DISCENTE 06).

Eu acho que é bastante difícil, no sentido de que quem trabalha chega mais cansado na universidade, não tem o mesmo tempo que os demais estudantes possuem pra se dedicarem aos estudos. Então esse aluno acaba que ficando para trás comparado aos outros estudantes. Aí vem a acumulação de conteúdos, ficando cada vez mais difícil acompanhar o conteúdo que é dado em sala de aula, precisando passar noites sem dormir, ou virar o dia, sair do trabalho pra estudar e chegar no outro dia de manhã cedo pra fazer uma prova (DISCENTE 02).

A forma como o curso de Serviço Social está estruturado na realidade da UFCG impõe diversas dificuldades tanto para aquele/a aluno/a que trabalha e deseja ingressar no curso, como para o/a discente trabalhador/a já ingresso. A universidade não está organizada para recebê-los/as. De fato, o Reuni acaba não dando conta das particularidades e o/a aluno/a trabalhador/a sofre dificuldade de ingressar, mas uma dificuldade central de permanecer, visto que a universidade não tem oferecido oportunidades para isso. Esse aspecto é destacado nos depoimentos de dois dos docentes entrevistados:

Acho que a gente vai ter várias dificuldades, a começar por ser um curso matutino, então a própria dimensão do ensino vai dificultar nesse sentido. Não é todo estudante trabalhador que tem condições de acessar um curso que acontece pela manhã porque esse é um período que majoritariamente é um período de trabalho das pessoas. Então acho que o nosso número de estudante trabalhador é reduzido já por ser um curso matutino em relação a que seria de possibilidade se fosse um curso noturno, que aí acaba tendo um perfil muito mais forte de presença de estudantes trabalhadores. Consequentemente, mesmo pra esses poucos estudantes, acho que tem uma dificuldade que é a do ponto de vista da sala de conciliar uma carga horária, uma dinâmica pesada de estudo no nível de rigor e exigência que a universidade coloca, que eu não tenho nenhuma dúvida de que não é a mesma coisa quando se trata de dedicação exclusiva (DOCENTE 01).

Hoje as pessoas conciliam essas duas coisas e essa conciliação por um lado é inevitável porque os alunos precisam garantir a sobrevivência deles e uma bolsa do Reuni. Além de ser limitada e seletiva, de ser focalizada não dá, são R\$ 300,00 e não dá pra pessoa sobreviver. E isso é uma coisa horrível porque você não está trabalhando porque você quer trabalhar. Você está trabalhando porque você não tem condição de

estar na universidade. Porque você precisa acessar o trabalho pra poder acessar o ensino e isso acaba fragilizando o próprio aluno que não pode participar de pesquisa. Não pode participar de extensão. Não pode participar de monitoria. Não tem tempo nem pra ler os textos. Então é complicado pro aluno, especialmente num curso em que a leitura é algo tão importante como o Serviço Social (DOCENTE 04).

Uma formação em que o esgotamento do tempo e da dedicação do/a aluno/a para as atividades tende a se tornar deficitária, no sentido da participação das atividades de ensino e principalmente por causa do tempo em pesquisa e extensão, conseqüentemente poderá construir um perfil profissional que não se verá capaz de realizar uma análise da realidade que lhe é apresentada e da qual faz parte, o que contradiz a necessidade de formar um profissional apto a atuar nas múltiplas expressões da “questão social”, com postura crítica, investigativa, ética, política e prático-operativa comprometido com o Projeto Ético Político Profissional.

Por isso, a importância do projeto de formação em Serviço Social de modo a contribuir na construção teórico-metodológica para formar um/a profissional comprometido/a com a realidade concreta que irá intervir, sendo a universidade responsável por proporcionar condições para uma formação qualificada do/a discente. Dito isso, Wanderley (1998) relata que:

A universidade tem que oferecer uma formação profissional em forma e ritmo compatíveis com a realidade cultural, social e econômica de seus alunos, e que lhes permita acompanhar a evolução do conhecimento na velocidade imposta pelos instrumentos de que dispõe a sociedade contemporânea. Isto implica entender o aluno como um “sujeito social cuja condição é atravessada por componentes objetivos originados de sua situação de classe, pela sua subjetividade e, conseqüentemente, por todas as mudanças que afetam o mundo do trabalho”. Para tanto, é indispensável a formulação de uma política acadêmica compatível com as exigências contemporâneas e com os objetivos e as peculiaridades de cada instituição de ensino superior (p. 9).

Sobre a realidade local da UFCG, é notório que possui fragilidades, pois a política pública de assistência estudantil que possibilita o acesso dos alunos/as a auxílios é extremamente seletiva, contemplando apenas aqueles/as que vivem em situação de pobreza, que comprovem não possuir renda alguma. Para quem é trabalhador/a não se encaixa nesses requisitos. A universidade acaba não contribuindo para a sua permanência no curso.

O/a aluno/a que trabalha enfrenta uma série de desafios até concluir o curso, sendo muitas vezes obrigado/a a desistir por não conseguir fazer a conciliação entre o ensino e o trabalho. A seguir, podemos perceber essa afirmação a partir da fala de uma das discentes entrevistadas:

É bastante limitado, é bastante complicado o acesso ao Reuni. Eu acho que até o acesso ao RU também é bastante limitado. Então pra quem trabalha não tem uma alternativa. Não pode deixar o seu trabalho porque é um meio de sobrevivência e vai ter que se virar e usar de todas as estratégias possíveis para permanecer no curso. Porque se depender somente das possibilidades que a UFCG oferece, vai ser difícil a sua permanência no curso. Acho que se o aluno trabalhador tem uma sobrecarga maior no trabalho e não conseguir um acordo com o seu patrão ou com os seus colegas de trabalho, esse aluno vai ter que optar entre o estudo e trabalho, porque são mínimas as contribuições que a UFCG oferece. Então se o aluno usa o trabalho como meio de sobrevivência, possivelmente ele vai abandonar o curso (DISCENTE 02).

Na análise das falas dos/as docentes entrevistados/as, percebemos que possuem o mesmo raciocínio a respeito da Política de Assistência Estudantil que contribui minimamente para a permanência dos/as discentes trabalhadores/as, no curso de Serviço Social.

As bolsas auxílios ofertadas destinam-se aos/às alunos/as que comprovem não possuir renda nenhuma. Neste caso, para quem é trabalhador/a já não poderá concorrer a esses auxílios. Existem os projetos de extensão e pesquisa, bem como as monitorias que oferecem bolsas a partir de um processo de seleção que ocorre através de provas objetivas e entrevistas, em que o/a aluno/a deverá constar que possui disponibilidade de tempo para se dedicar àquela atividade. Nesse sentido, quem trabalha praticamente não poderá sequer tentar a seleção. Vejamos em um dos depoimentos:

Quando você vai pensar na política da assistência em geral, quem tem alguma renda do trabalho já não vai ser contemplado pra lógica seletiva da política e pela delicadeza e gravidade da situação de outros estudantes que não têm fonte de renda nenhuma. E o que você vai ter que as vezes possa ser algum subsídio vão ser as bolsas, que nesse caso são de monitoria ou de extensão, sendo que nem sempre quem é trabalhador vai ter condição de assumir ou vai ser permitido tentar sequer essa seleção. Então do ponto de vista de algum subsídio da universidade vai ser praticamente inexistente (DOCENTE 01).

É durante a graduação que o/a futuro/a assistente social tem a possibilidade de imprimir uma direção social ao seu exercício profissional, devendo extrair o máximo de experiências que a universidade oferece. Todavia, é preciso uma política educacional capaz de analisar a particularidade de cada estudante, visando contribuir não só para o ingresso, mas para o desenvolvimento e permanência de todos/as na instituição.

O processo de ensino-aprendizagem para formação do/a estudante reside na dimensão de ensino, pesquisa, extensão e estágio curricular supervisionado. Para a construção de um profissional com capacidade crítica e investigativa, é fundamental o desenvolvimento dessas atividades acadêmicas durante a trajetória da graduação.

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão está proposto no projeto pedagógico do curso de Serviço Social da UFCG, como essencial para o desenvolvimento de um conjunto de habilidades ao/à futuro/a profissional, visto que a partir dessa dimensão o/a discente terá a capacidade de articulação com o público usuário, contribuindo de forma significativa para a formação acadêmica, profissional e política, pois só a sala de aula será insuficiente para esse processo.

Não existe formação profissional sem pesquisa e extensão. Se o discente só acessa o ensino, ele não tá acessando uma formação profissional qualificada. Se a universidade não oferece esse tripé, ela acaba limitando a possibilidade do discente viver a universidade (DOCENTE 04).

Na minha opinião é relevância total, a formação é X se o aluno ficar só em sala de aula e é Y se o aluno tiver essas experiências. O diferencial é enorme. É uma outra formação, é um outro profissional. O aluno que não tem experiência de extensão, pesquisa, monitoria, não vai ter uma formação completa (DOCENTE 02).

É imprescindível que o/a discente passe por essas experiências, que evidentemente serão um diferencial enorme em sua formação, colocando-o/a frente a realidade

social do cotidiano, para que possa desenvolver um conjunto de habilidades que irá lhe direcionar no exercício profissional. Nas falas das discentes a seguir evidenciam-se como essas atividades são relevantes para a construção de conhecimentos que somente a sala de aula não consegue oferecer:

Importantíssima. Eu acho que todas essas atividades extra sala de aula são fundamentais. Eu acho que a sala de aula não dá conta de tudo, não dá conta de passar todos os conteúdos. A gente tem períodos muito curtos na universidade. Tem em um ano que pagar três períodos. Então é muito rápida. É uma formação muito aligeirada, por isso eu acho que estar junto dos projetos de extensão e pesquisa é a possibilidade da gente até recuperar um pouco do que foi perdido, do que não está podendo ser trabalhado e aprofundado em sala de aula. Eu acho que é fundamental. Sair da universidade sem passar por nenhuma dessas atividades sai perdendo muita coisa no caminho (DISCENTE 02).

É um campo riquíssimo que é onde o discente vai ter contato com o público, principalmente a pesquisa e extensão que irá lhe proporcionar diversas experiências fora da sala de aula (DISCENTE 04).

É de uma relevância sem tamanho. Eu não tive a oportunidade de passar por essas experiências, mas sei que é de um enriquecimento muito grande porque você vai vivenciar na prática aquilo que você tá vendo em sala de aula. Você vai conhecer os sucateamentos, os problemas que envolvem aquilo que você vai vivenciar no exercício profissional (DISCENTE 05).

Conforme consta no PPC, o curso oferece como atividades complementares o projeto educacional de ensino, pesquisa e extensão. As atividades de ensino poderão computar 30 horas de carga horária individual e, no máximo 60 horas de carga horária total. As de pesquisa são 5 horas de carga horária individual e no máximo 90 horas de carga horária total. De extensão os/as discentes poderão computar 5 horas de carga horária individual e no máximo 90 horas de carga horária total (UFCG, 2013).

Ao consultar desde a sua origem, o curso chegou a ter 02 (dois) projetos de pesquisa, 05 (cinco) projetos de extensão, 12 (doze) monitorias. Atualmente, Julho de 2018, o curso conta com 03 (três) projetos de extensão e 05 (cinco) monitorias, que geralmente acontecem em horários opostos às aulas. Cada uma dessas atividades possui caráter voluntário e bolsista, disponibilizando uma bolsa para contemplar apenas um/a aluno/a por meio de uma seleção, sendo exigidos alguns critérios.

Dentre os critérios, os/as alunos/as terão que possuir um total de horas disponíveis para participarem dessas atividades. Com exceção de dois projetos de extensão que acontecem aos sábados e domingos e em turnos noturnos, as demais atividades predominantemente ocorrem no contraturno das aulas e somente das segundas às sextas-feiras. Isso se apresenta como um grande desafio para quem está na condição de trabalhador/a:

O curso não abre muitas vagas para que mais estudantes possam participar dessas atividades. É exigido um certo limite de estudantes. E principalmente para os que trabalham, pois essas atividades exigem que o aluno inscrito possua uma carga horária maior disponível para se dedicar às leituras e encontros dos projetos e, com isso, fica impossível do estudante trabalhador participar devido a grande sobrecarga que já possui. Os encontros dos projetos geralmente acontecem no horário em que o estudante trabalhador está em seu horário de trabalho. Assim, já é difícil para nós

conciliarmos com o ensino em sala de aula e ficaria mais difícil ainda com essas atividades complementares (DISCENTE 01).

A primeira vez que eu me interessei em participar de um projeto de extensão eu não pude porque me informaram que eu precisava ter 60 horas disponíveis para me dedicar ao projeto e aí eu já sabia que eu não teria condições. Eu acho que o curso de Serviço social possui fragilidade por não oferecer nenhuma possibilidade ao discente trabalhador que não vai poder cumprir a carga horária exigida (DISCENTE 02).

A questão do tempo interfere na participação porque a gente que trabalha não tem como sair pra poder participar das reuniões. Aí onde é que vai ficar nossa responsabilidade dentro do trabalho? Porque aí vai entrar o nosso sustento. Quem trabalha e estuda fica em cima do muro, porque você fica sem ter onde recorrer. Então eu acho que deveria ter um olhar diferenciado na instituição para o aluno que trabalha (DISCENTE 05).

Como dito, as atividades complementares acontecem em contraturno às aulas. O problema não está no curso, pois se ele acontecesse no turno da noite os alunos/as trabalhadores teriam que enfrentar essa mesma dificuldade. Evidentemente existiria um número maior de estudantes que trabalham se fosse noturno, já que geralmente os horários de trabalho são no período diurno. Mas a própria lógica de organização da universidade coloca uma série de impossibilidades ao processo de ensino-aprendizagem, sem analisar a individualidade do sujeito, principalmente a do/a discente trabalhador/a.

No que se trata do estágio curricular supervisionado de Serviço Social na UFCG é uma disciplina obrigatória que dispõe do total de 420 horas, distribuídas entre duas disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado I e Estágio Curricular Supervisionado II com o total de 150 horas e 10 créditos cada uma e duas disciplinas denominadas Seminário Temático I e Seminário Temático II com o total de 60 horas e 04 créditos cada uma.

O/a estagiário/a ficará sob acompanhamento do/a supervisor/a acadêmico/a e supervisor/a de campo, que irão contribuir para direcioná-lo/a nesse processo de ensino-aprendizagem. É importante que estes/as profissionais possuam uma postura ética e comprometida com a formação do/a discente.

O estágio supervisionado é um requisito fundamental na construção do perfil profissional do/a estudante, que irá lhe proporcionar uma compreensão aprofundada acerca da realidade social, desenvolvendo conhecimentos e experiências coletivamente para que o/a mesmo/a possa intervir com criticidade na futura atuação.

A supervisão no ensino de Serviço Social envolve duas dimensões distintas, mas não excludentes de acompanhamento e orientação profissional: uma supervisão acadêmica, tida como prática docente e, portanto, sob responsabilidade do professor supervisor no contexto do curso, e a supervisão de campo, que compreende o acompanhamento das atividades práticas do aluno pelo assistente social, no contexto do campo de estágio (OLIVEIRA, 2004. p. 68).

Compete ao/à supervisor/a acadêmico/a orientar o/a estagiário/a e avaliar sua aprendizagem, sempre buscando dialogar com o/a supervisor/a de campo, objetivando a qualificação do/a estudante durante o período de estágio. Enquanto o/a supervisor/a de campo deverá realizar a inserção, acompanhar, orientar e avaliar o/a estagiário/a, garantindo diálogo com o/a supervisor/a acadêmico/a (UFCG, 2013).

A avaliação do estágio acontece por meio de um processo de análise das atividades realizadas pelo/a aluno/a, em que o/a mesmo/a deverá cumpri-las, bem como a frequência, tanto em relação à supervisão de campo quanto à supervisão acadêmica, através de leituras, avaliações, diário de campo, relatório final de estágio.

Configura-se em um processo coletivo de ensino-aprendizagem, no qual se realiza a observação, registro, análise e acompanhamento da atuação do(a) estagiário(a) no campo de estágio, bem como a avaliação do processo de aprendizagem discente, visando a construção de conhecimentos e competências para o exercício da profissão. Esta avaliação deve ser realizada continuamente, contemplando duas dimensões: a avaliação do processo de estágio e a avaliação do desempenho discente, assegurando a participação dos diferentes segmentos envolvidos (supervisores acadêmicos e de campo e estagiários(as) (ABEPSS, 2010, p. 15).

A coordenação do curso da UFCG disponibiliza um dia por semana para que esse/a estagiário/a possa ir ao campo. Porém, ainda não é o suficiente para o cumprimento da carga horária exigida, tendo que ir em outros dias da semana, geralmente no período vespertino, visto que as aulas acontecem pela manhã e a maioria dos campos de estágio funcionam das segundas às sextas-feiras em turnos diurnos.

Para o/a discente que trabalha isso será outra dificuldade, pois como mencionado, um dia por semana não dará para cumprir a carga horária, mesmo sendo uma estratégia do curso a fim de amenizar o problema de campos de estágio. Observamos nas seguintes falas as opiniões das discentes a respeito das dificuldades encontradas:

A minha dificuldade no estágio aconteceu no sentido de que era um dia que a universidade disponibilizava que não teria aula pra gente ir pro estágio e aí um dia por semana não dava conta da gente cumprir as 150 horas. Então eu precisei faltar algumas vezes ao trabalho pra poder cumprir com os horários que eu tinha que cumprir. Então meus colegas me substituíam em alguns momentos. Mas eu imagino que pra outras pessoas que trabalham em outros lugares onde os horários sejam mais rígidos ou que trabalhe sozinho em um setor, pode dificultar de fato cumprir com a carga horária do estágio, porque a gente tem a universidade, as outras disciplinas pra dar conta. Tem o nosso trabalho e o estágio que é outro trabalho porque você vai ter que ler os documentos da instituição, vai ter que preparar as atividades. É uma carga bastante pesada (DISCENTE 02).

A maior dificuldade foi a falta de tempo, bastante corrido, tinha que aproveitar o tempo de almoço, tinha que me sacrificar, trabalhava de noite pra poder cumprir o horário no estágio. Foi um período bem complicado pra mim, porque era necessário cumprir essa carga horária e eu tinha que fazer das "tripas o coração". Conteí com a ajuda dos meus colegas de trabalho pra poder flexibilizar. Mas pra quem trabalha num órgão privado jamais vai ter essa ajuda (DISCENTE 05).

Tenho certeza que se eu pudesse escolher o campo de estágio onde queria estar, seria outra realidade. Porque seria em um horário em que eu tivesse disponível. Mas como não podemos fazer essa escolha, devido à grande dificuldade na inserção dos estudantes nesses campos, sendo que muitas vezes as instituições não querem nos receber, torna-se um desafio muito grande. E pra mim que sou estudante trabalhadora, está sendo mais dificultoso ainda. Eu fiz um acordo com a minha colega de trabalho pra ela me substituir enquanto estou no estágio e a noite faço o meu trabalho e o dela. E isso torna-se mais cansativo pra mim. Quando chego em casa não consigo fazer uma análise melhor do que aconteceu naquele dia de estágio porque é uma correria e acabo não aproveitando a experiência (DISCENTE 01).

Partindo destas falas, observamos que todas as discentes tiveram ajuda dos seus colegas de trabalho para realizarem a disciplina de estágio e, ainda assim, tornou-se desafiador, levando em consideração que existem as outras disciplinas, atividades do estágio,

leituras e ainda o trabalho para cumprirmos. É notório que a universidade não contribui nesse processo, tendo as próprias discentes que lançarem estratégias para o cumprimento da disciplina.

Vale frisar que se o vínculo empregatício fosse com um órgão privado, a discente teria que optar entre o ensino e o trabalho, pois não seria possível fazer essa articulação. Por isso, muitas vezes o/a estudante que está nessa situação acaba abandonando o curso ou se matriculando em uma instituição privada que facilita a conciliação.

Na terceira fala é compreensível que a discente mostra uma preocupação com a quantidade dos campos de estágio, que são escassos. Como consequência rebete na possibilidade de escolha por um local ou turno mais flexível para o/a aluno/a que trabalha, sendo prejudicado/a se não conseguir um acordo com o seu chefe ou colega de trabalho. Hoje, julho de 2018, são esses os campos de estágios:

TABELA I
DISTRIBUIÇÃO DE CAMPOS DE ESTÁGIO – UFCG
JUNHO - 2018

POLITICA PUBLICA	LOCAL	VAGAS
Saúde	Hospital Regional de Cajazeiras	02
	CAPS	04
Assistência Social	CRAS	04
	CREAS	02
	Secretaria de Assistência Social	08
Assistência Estudantil	IFPB	02
	UFCG	02
TOTAL		24

Fonte Primária: UFCG (julho/2018)

A universidade, de fato, não se adaptou para manter o/a aluno/a trabalhador/a. Porém, a coordenação do curso se esforça em disponibilizar um dia por semana para realização do estágio, mesmo não sendo suficiente. Também é válido ressaltar que a maioria dos estágios se concentra no poder público, principalmente na Prefeitura da cidade de Sousa-PB que, de um modo geral os locais de estágio tem um peso de funcionamento pela manhã. Fora isso, há a pouca oferta, existe a concorrência de outras faculdades por essas vagas, se tornando um problema não exclusivo da universidade, mas também da própria oferta.

O curso de Serviço Social da UFCG se encontra em um contexto de desafios, marcado pela precarização do ensino público, provocando vários impactos à formação profissional. E a quantidade dos campos de estágio é uma problemática, inserindo o/a discente onde existe vaga e não na política que ele/a deseja:

Existe uma grande dificuldade na inserção dos estudantes nos campos de estágios e a gente vai pra onde é posto. Não temos a opção de escolher. Para o aluno trabalhador que não consegue fazer essa conciliação, ele acaba desistindo do curso. Infelizmente essa é uma realidade e eu acho que se torna um desafio pro curso de Serviço social porque a UFCG não oferece nenhuma possibilidade de manter a permanência desse

aluno no estágio, assim como no curso. Se ao menos a instituição de ensino oferecesse uma bolsa pra os alunos que precisam trabalhar como meio de sobrevivência, pra que assim esses alunos pudessem se dedicar somente ao curso e ao estágio. Mas a gente sabe que não é assim. Faltam muitos recursos na instituição e isso acaba rebatendo principalmente nos alunos trabalhadores do curso de Serviço Social, porque é um curso matutino e os campos de estágios são restritos (DISCENTE 01).

A gente tem um problema muito grande com relação aos campos de estágio. Não tem em todos os lugares e acabam colocando a gente pra onde tem espaço. Não temos a opção de escolher o local em que queremos ter uma experiência com a prática. Aí fica muito restrito, então as nossas possibilidades são muito pequenas. Não oferece alternativa alguma pra que o aluno trabalhador consiga cumprir sem ter que abrir mão do seu trabalho ou nem oferece uma bolsa especificamente para esses alunos pra que eles não precisem trabalhar enquanto estiverem inseridos nessa política e assim aproveitem melhor essa experiência com mais tempo disponível para se dedicar ao estágio obtendo um bom desempenho. Se a universidade não oferece meios para a permanência do estudante trabalhador, ele vai acabar abandonando o curso, ou indo pra outra instituição que seja possível se adequar melhor, porque não tem outra alternativa (DISCENTE 02).

A experiência com o estágio que deveria ser de grande aproveitamento dos/as discentes em seu contato com o campo de trabalho, acaba sendo dificultosa na medida em que não possui alternativa de escolha e muito menos de permanência. Assim pode acontecer do/a estudante que trabalha não conseguir um bom desempenho comparado àquele que tem maior disponibilidade para usufruir desse processo.

Existe uma fragilidade enorme na forma como a UFCG se organiza com relação ao/à aluno/a trabalhador/a, uma vez que limita o processo formativo apenas à sala de aula, sem facilitar o acesso às atividades complementares.

De acordo com o PPC, a universidade assume um compromisso em proporcionar aos/as estudantes de Serviço Social uma formação teórica, metodológica, ética e política que possibilite uma apreensão crítica acerca da realidade social, econômica, cultural e política da sociedade brasileira. No entanto, diante das dificuldades apresentadas, evidencia-se que não foi pensada para o/a aluno/a na condição de trabalhador/a (UFCG, 2013).

Contudo, há a necessidade de uma reformulação da universidade, através de maiores investimentos e planejamento da política de assistência estudantil que não garanta apenas o acesso, como também a permanência do/a discente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mencionamos ao longo deste trabalho sobre o percurso metodológico crítico dialético utilizado para nortear nossa pesquisa com o objetivo de mostrar ao/à leitor/a como é possível apresentar os desafios existentes da realidade social e alcançar os resultados a partir do método. Esperamos que os elementos expostos promovam uma verdadeira contribuição não apenas para a instituição acadêmica, mas para toda a sociedade.

Esta pesquisa objetivou-se na busca pela apreensão do processo de formação profissional em Serviço Social do/a discente trabalhador/a e os desafios impostos devido à ofensiva neoliberal. Mediante as análises das falas dos/as entrevistados/as, constatamos como ocorre a organização da universidade a respeito das suas possibilidades e dificuldades nesse processo.

Para melhor compreensão acerca do processo de formação profissional em Serviço Social, apontamos o percurso histórico desde o surgimento e institucionalização da profissão no Brasil nas décadas de 1930 e 1940 até chegarmos à realidade local da UFCG de Sousa-PB, abordando questões relacionadas a concepção sobre o curso no referido ambiente acadêmico, os desafios encontrados pelos/as discentes, a oferta do tripé educacional de ensino, pesquisa, extensão e estágio curricular supervisionado e a estrutura da universidade para a permanência dos/as estudantes trabalhadores/as.

Como dito ao debruçar deste trabalho, a expansão da educação superior se intensifica principalmente nos anos 2000 a partir do processo de privatização e mercantilização do ensino e isso vai impactar diretamente na formação profissional em Serviço Social, devido ao grande número de instituições privadas e à distância, colocando em risco o projeto ético político da profissão que está articulado às Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

A importância das atividades de pesquisa, extensão e do estágio curricular supervisionado é imensa para a formação profissional do/a estudante, pois o coloca em contato com o exercício profissional, desenvolvendo um conjunto de conhecimentos e habilidades para possibilitar que o/a mesmo/a venha intervir na sociedade de maneira comprometida e qualificada. A ausência da experiência fora da sala de aula, muitas vezes poderá formar um perfil profissional diferente do que está previsto nas Diretrizes Curriculares, sendo justamente o que o Estado neoliberal precisa para atender as demandas do mercado de trabalho.

O curso de Serviço Social da UFCG surge nesse contexto de grandes desafios para a formação profissional. Embora tenha sido um ganho quantitativo para o município de Sousa por ser o único curso público no interior da Paraíba, apresenta algumas fragilidades, pois ainda se encontra em processo de organização, visto que foi criado em 2009, possuindo apenas oito anos de existência, considerado relativamente novo.

Na realidade local da UFCG, como já explicitado, o curso é ofertado apenas no período matutino, tornando-se dificultoso, inclusive para o/a discente trabalhador/a que precisará conciliar o trabalho e o ensino. Ao ingressar no curso, terá que possuir uma disponibilidade de tempo para a realização de leituras, participação nas atividades extra sala de aula e cumprir com a carga horária obrigatória do estágio supervisionado, que como já ressaltado, são componentes de suma importância para o seu desenvolvimento com a prática profissional.

Todavia, se não existir a possibilidade de estratégias entre o corpo docente e os/as discentes, a aprendizagem destes/as últimos/as se limitará apenas a sala de aula. São estratégias que só serão possíveis se o/a próprio/a professor/a conseguir articular tais atividades à turnos ou dias em que o/a estudante não esteja em horário de trabalho, já que existem poucos projetos de extensão e pesquisa do próprio curso e a instituição não oferece nenhuma alternativa.

Porém, como o quadro docente do curso conta com um número reduzido de professores/as, existe um contrapeso enorme direcionado a estes/as, tendo que ministrarem muitas disciplinas, projetos de extensão e pesquisa, entre outras atividades. Apesar do curso hoje ser composto por profissionais qualificados, torna-se bastante desafiador fazer articulações para que os/as discentes trabalhadores/as não se limitem apenas a sala de aula, devido à sobrecarga de trabalho dos/as docentes. Isso se dá como uma grande precarização no interior da universidade, pela falta de contratação de mais professores/as.

Chegamos aos resultados, que as universidades públicas sofrem vários impactos não apenas causados pela expansão do ensino privado e à distância, como também pela precarização da educação pública, com relação à oferta de professores, do ensino, da pesquisa, da extensão e do estágio.

É necessário que todas as universidades garantam não somente o ingresso dos/as alunos/as, mas também a permanência ao longo de todo o curso, oferecendo um ensino de qualidade com professores capacitados e experiências com a prática do exercício profissional, principalmente de quem está na condição de trabalhador/a.

As problemáticas que perpassam a Formação Profissional em Serviço Social são bastante desafiadoras. Não diferente da UFCG, muitas instituições públicas possuem fragilidades à respeito do comprometimento com a aprendizagem do/a discente, da ineficácia da política de assistência estudantil, contemplando apenas alguns/as, da insuficiência de professores/as, de projetos de pesquisa e extensão, dos vínculos com os campos de estágio.

A falta de campos de estágio é outra problemática evidenciada. Com a expansão dos cursos na modalidade privada e à distância cresce o número de estudantes e conseqüentemente diminui o número de vagas para estágio que eram destinadas às universidades públicas.

Os locais disponíveis para os/as estudantes nesse processo geralmente funcionam nos turnos diurnos, predominantemente pela manhã. No caso da UFCG que o curso de Serviço Social é matutino, isso se torna uma grande complexidade, pois a quantidade dos campos disponíveis é insuficiente para o número de alunos/as, diferente das instituições privadas que são cursos noturnos e conseguem mais vínculos em períodos diurnos.

Para o/a discente trabalhador/a isso é uma dificuldade a mais, sendo que ele/a não tem a possibilidade de escolha e será inserido/a onde estiver vaga. Caso não consiga fazer uma conciliação, acaba aderindo para uma instituição privada no período noturno ou muitas vezes opta entre o ensino ou o trabalho.

É perceptível que o/a discente trabalhador/a não usufrui dos direitos necessários para que continue trabalhando e estudando. O contexto em que estamos vivenciando coloca uma série de desafios a esses/as estudantes tanto no que se refere à expansão do curso nas instituições privadas e à distância, quanto pela precarização no interior das universidades públicas.

A lógica como as universidades públicas se organizam não são estruturadas para os/as estudantes que trabalham, visto que não dispõem de nenhuma alternativa para a permanência desses/as nos cursos, mesmo sabendo que numa sociedade capitalista como essa, é grande o número de pessoas que precisam do trabalho como meio de sobrevivência.

A problemática está posta como uma exigência no tocante a política de assistência estudantil e requer ações voltadas às necessidades desses/as estudantes, para que todos/as usufruam dos direitos dentro do âmbito acadêmico. É necessário apostar na luta do movimento estudantil articulado a outros movimentos sociais para a construção de uma sociedade mais justa e humana.

Por último, pontuo que este trabalho não se esgota aqui na realidade local da UFCG de Sousa, que mostra uma política seletiva e precária, impondo desafios aos/as estudantes trabalhadores/as. Mas é o início de uma luta que traçamos com a necessidade de trilhar caminhos, objetivando a garantia de uma formação profissional em Serviço Social de qualidade para todos/as que se ingressam no curso, que mesmo em um contexto de desafios, se apresenta como avanço por ser referência pública.

Nesse sentido, concluímos este trabalho como sendo uma problemática que surgiu do real e que merece toda atenção e aprofundamento em estudos, para melhorias de modo a servir de base para outros trabalhos futuros em torno do tema e contribuir para promoção de debates e discussões que possam ultrapassar os problemas que permeiam essa realidade.

REFERÊNCIAS

- ABESS/CEDEPSS. *Caderno ABESS* n. 07. Caderno Especial: Formação Profissional: trajetórias e desafios. Cortez, São Paulo: 1996.
- ABEPSS. Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social (Texto na íntegra aprovado em assembléia em novembro de 1996). Rio de Janeiro: 1996.
- ABEPSS. POLÍTICA NACIONAL DE ESTÁGIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 2010. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf. Acesso em: 21/06/2018.
- ARAÚJO, Cleonice Correia; SILVA, Jisselda de Oliveira Gonçalves; ARAÚJO, Luciana A. (et al). O Processo de Reconceituação do Serviço Social no Brasil: emergência do movimento de ruptura. In: SILVA, Maria Ozanira Silva e (coord.). **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- AVILA, S. F. O; LÉDA, D. B; VALE, A. A. Configurações do setor privado-mercantil na expansão da educação superior privada: notas para a análise do trabalho docente. Mancebo, Deise e Silva Júnior, João dos Reis (org) – Trabalho docente e expansão da educação superior brasileira. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social** – fundamentos e história. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRASIL, Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Lei n. 11.892. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Brasília, 29 dez. 2008.
- BRAZ, Marcelo; RODRIGUES, Mavi. O Ensino em Serviço Social da Era Neoliberal (1990-2010): avanços, retrocessos e enormes desafios. In: José Fernando Siqueira da Silva. (Org.). **Sociabilidade Burguesa e Serviço Social**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2013.
- CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Política para o Ensino Superior no Brasil (1995-2006): ruptura e continuidade nas relações entre público e privado. Política de Educação Superior nº. 11. 2006b. Disponível em: <http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT11-2337--Int.pdf>. Acesso em: 27/04/2018.
- CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- CFESS. SOBRE A INCOMPATIBILIDADE ENTRE GRADUAÇÃO À DISTÂNCIA E SERVIÇO SOCIAL, 2014. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_incompatibilidadevolume2_2014.pdf. Acesso em: 13/06/2018.

DIAS, Ana Maria Iori. Discutindo Caminhos Para a Indissociabilidade Entre Ensino, Pesquisa e Extensão. *Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física*, vol. 1, n. 1, p.37-52, agosto/2009.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento?** *In: Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, nº 84, 2005.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 2ª edição. São Paulo: 1976.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 6-ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

GUERRA, Yolanda A. D.. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. *In: ABEPSS e CFESS. (Org.). Direitos Sociais e competências profissionais*. 1ª ed. Brasília: Universidade de Brasília- UNB CEAD, 2009. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/C8pQHQOyl68c9Bc41x5Y.pdf>. Acesso em: 28/03/2018.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 25. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

_____. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na cena contemporânea**. *In CFESS e ABEPSS (Org). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS / ABEPSS, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 28ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 25 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade**. *In: CFESS. Atribuições privativas do/a Assistente Social - Em questão*. Brasília: CFESS, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Ministério da Educação (INEP/MEC). **Sinopse Estatística da Educação Superior 2016**. Brasília: INEP/MEC, 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 12/06/2018

_____. **Censo da Educação Superior 2014 - Resumo Técnico**. Brasília: INEP/MEC, 2014. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2014/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2014.pdf. Acesso em: 12/06/2018.

- LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** – 5ª. ed. - São Paulo : Atlas 2003.
- LARA, Ricardo. A Pesquisa no Serviço Social e a Tradição Materialista-Dialética. *In:* José Fernando Siqueira da Silva. (Org.). **Sociabilidade Burguesa e Serviço Social.** Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2013.
- LARA, Ricardo. **Pesquisa e Serviço Social:** da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. *Revista Katálysis* (Impresso), v. 10, p. 73-82, 2007.
- LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio de Serviço Social: desafios para a formação e exercício profissional.** São Paulo: Cortez, 2009.
- LIMA, Kátia; PEREIRA, Larissa D. **Contra-reforma na Educação Superior Brasileira:** impactos na formação profissional em Serviço Social. *Sociedade em Debate* (UCPel), v. 1, p. 31-50, 2009.
- LIMA, L. C.; AZEVEDO, M. L. N.; CATANI, A. M. O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. *Avaliação*, Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, mar. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772008000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01/06/2018.
- LIMA, K. R. S. **Contrarreforma da educação superior: de FHC a Lula.** São Paulo: Xamã, 2007.
- MANCIBO, Denise. **Universidade para todos: a privatização em questão.** *Pro-Posições*, Campinas, set./dez. 2004. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643795/11288> >. Acesso em: 24/04/2018.
- MARX, Karl. **El capital.** Livro 3. 2.ed. Trad. Wenceslao Roces. México: Fondo de Cultura Económica, 1968.
- MARX, Karl. **Teses Sobre Feuerbach.** *In:* MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** 3ª edição, São Paulo, Ciências Humanas, 1982.
- MINAYO, M. C. D. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 29. ed – Petrópolis, RJ : Vozes, 2011.
- MINAYO, Maria Cecilia de Souza. **O desafio da Pesquisa Social.** *IN:* Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. – Suely Ferreira Deslandes [et.al] (orgs.). 28 ed. – Petrópolis, RJ. Vozes, 2009.
- MINTO, L.W. **A educação da “miséria”:** particularidade capitalista e educação superior no Brasil. 2011. 326f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Unicamp, Campinas. 2011.
- MOITA, Filomena. M. G da S. C; ANDRADE, Fernando. C. B de. **Ensino-pesquisa-extensão:** um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. *Revista Brasileira de Educação* v. 14 n. 41 maio/ago. 2009 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n41/v14n41a06.pdf>. Acesso em: 10/06/2018.

- MONTAÑO, Carlos. **A Natureza do Serviço Social** – um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela. **Projeto Profissional e Projeto Societário**. Rio de Janeiro: Revista Inscrita, v. 12, p. 41-48, 2009.
- NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo I: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social**. Brasília: CEAD, 1999.
- NETTO, José Paulo. Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**/José Paulo Netto – 7. Ed. – São Paulo, Cortez, 2009.
- _____. **Capitalismo monopolista e serviço social** / José Paulo Netto – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 1996.
- _____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.
- NETTO, J. P. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. 1. ed. São Paulo : Expressão Popular, 2011. **Ditadura e Serviço Social** – Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- NETTO, José Paulo. **O Serviço Social e a Tradição Marxista**. In: Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 30, 1989.
- NETTO, José Paulo. **O Movimento de Reconceituação: 40 anos**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós – 64**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- OLIVEIRA; Áunea Cibelle de; SANTOS; Kallyne de Moraes; SILVA; Maria das Graças Ferreira da. Desafios postos para o Serviço Social na efetivação do projeto ético-político ante a conjuntura neoliberal. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Maceió, 2010.
- ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2010.
- PEREIRA, Larissa Dahmer. Expansão dos cursos de serviço social na modalidade EAD no Brasil: análise da tendência à desqualificação profissional. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz T. Serviço social e educação. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2013.
- PEREIRA, Larissa Dahmer. **Mercantilização do Ensino Superior, Educação à Distância e Serviço Social**. In:Revista Katálýsis. Florianópolis v. 12 n. 2 p. 268-277 jul./dez. 2009.
- PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

RAMOS, M. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

RESOLUÇÃO CFESS Nº 557/2009 de 15 de setembro de 2009. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_CFESS_557-2009.pdf. Acesso em: 18/05/2018.

SANTOS, I. ; ROCHA, J. G. Diversidade & ações afirmativas. Rio de Janeiro: CEAP, 2007.

SCHEIBE, L. Relatório final de pesquisa do projeto “Subsídio à Formulação e Avaliação de Políticas Educacionais Brasileiras: avaliação da implantação das diretrizes curriculares nacionais para o curso de Pedagogia”. Florianópolis: CNE/UNESCO, 2009.

SGUISSARDI, Valdemar. Reforma Universitária no Brasil – 1995-2006: Precária Trajetória e Incerto Futuro. Educação e Sociedade, out. 2006.

SILVA Jr. (2002). A reforma da educação superior dos anos 90: a produção da ciência engajada ao mercado e à produção de um novo pacto social. Sorocaba: Universidade de Sorocaba; São Paulo: PUC/SP (mimeo).

SILVA, Martiniano Jose da. Racismo a brasileira. 4ª edição. P. 343 a 359. Editora Anita Garibaldi. 2009.

SILVA, Pedro Henrique Carinhato. **Neoliberalismo, Reforma do Estado e Políticas Sociais nas Últimas Décadas do Século XX no Brasil**. Marília (SP): Aurora, Ano II, n. 3 – Dez. / 2008.

TEIXEIRA, Joaquina Barata, Braz, Marcelo. **O Projeto ético-político do Serviço Social. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, CEFESS/ABEPSS, 2009.

Triviños, A.N.S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2013.

UFCG. Universidade Federal de Campina Grande. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL – CAMPUS SOUSA. SOUSA: UFCG/ CCJS/ CGSS, 2013, Mimeo.

VASCONCELOS, Ailton Marques de. **A trajetória política da organização dos estudantes de Serviço Social, 1978-2002: e sua relação com o projeto de Formação Profissional**. Monografia. São Paulo: PUC, 2003. Disponível em: <https://enessooficial.files.wordpress.com/2012/04/tcc-airlton-mess1.pdf>. Acesso em: 05/04/2018.

WANDERLEY, M. B. Formação profissional no contexto da reforma do sistema educacional. Cadernos Abess, São Paulo, n.8, p.7-18, 1998.

APÊNDICE 01**ROTEIRO DE ENTREVISTA 01 – DOCENTES****1. PERFIL BIBLIOGRÁFICO**

Idade:

Sexo:

E-mail:

Graduado/a em:

Universidade:

Pós-graduado/a em:

Vínculo funcional:

Servidor/a da UFCG desde:

Quais as atividades extra sala de aula desenvolvidas?

Participa de alguma Entidade Representativa da Categoria:

CRESS

Sindicato

ABEPSS

Outros

2. DADOS REFERENTES AO OBJETO DE ESTUDO

2.1. Como você compreende a expansão do Curso de Serviço Social na atualidade?

2.2. Qual a sua opinião sobre o curso de Serviço Social da UFCG *Campus* Sousa?

2.3. Como você avalia a formação profissional do/a discente trabalhador/a do Curso de Serviço Social na UFCG *Campus* Sousa? Aponte os aspectos fortes e frágeis.

2.4. No seu ponto de vista, a Instituição (UFCG) oferece possibilidades para a permanência do/a discente trabalhador/a no curso de Serviço Social?

2.5. Em sua opinião, qual a relevância das atividades extra sala de aula ensino, pesquisa, extensão e monitoria para a formação profissional do/a discente?

2.6. Quais são as potencialidades e fragilidades do curso de Serviço Social da UFCG à respeito da participação do/a discente trabalhador/a nas atividades extra sala de aula e do Estágio Curricular Supervisionado?

2.7. Como você avalia o perfil do/a discente trabalhador/a de Serviço Social da UFCG de Sousa? Quais as semelhanças e diferenças com os/as demais discentes?

2.8. Qual a sua opinião sobre a oferta das atividades extra sala de aula e Estágio Curricular Supervisionado do curso de Serviço Social da UFCG?

APÊNDICE 02

ROTEIRO DE ENTREVISTA 02 – DISCENTES

1. PERFIL BIBLIOGRÁFICO

Idade:

Sexo:

Período:

Telefone:

E-mail:

Profissão:

Local de trabalho:

Carga horária:

Quais os dias da semana em que trabalha?

Participa de algum projeto de extensão? Qual?

Participa de algum projeto de pesquisa? Qual?

É monitor/a? Qual disciplina?

Está em Estágio Curricular Supervisionado? Se sim, aonde?

Em qual Política Pública você está inserido/a no processo de Estágio?

2. DADOS REFERENTES AO OBJETO DE ESTUDO

2.1. Como você avalia o curso de Serviço Social da UFCG *Campus Sousa*?

2.2. Qual a sua opinião sobre a formação profissional do/a discente trabalhador/a do curso de Serviço Social na UFCG de Sousa?

2.3. Quais são as dificuldades apresentadas à você e aos/às demais discentes trabalhadores/as do Curso de Serviço Social na UFCG, em relação ao processo de formação profissional?

2.4. No seu ponto de vista, a Instituição (UFCG) contribui para a permanência do/a discente trabalhador/a no curso de Serviço Social? Justifique.

2.5. Em sua opinião, qual a relevância das atividades extra sala de aula, ensino, pesquisa, extensão e monitoria, para a formação profissional do/a discente?

2.6. O curso de Serviço Social possui fragilidades à respeito da participação do/a discente trabalhador/a nas atividades extra sala de aula? Explique.

2.7. Sobre a disciplina de Estágio Curricular Supervisionado, você participa/participou? Se sim, quais são as dificuldades encontradas nesse processo?

2.8. Na sua opinião, a UFCG contribui para a inserção e permanência do/a discente trabalhador/a no Estágio Curricular Supervisionado? Justifique.

2.9. Qual a sua opinião sobre a oferta das atividades extra sala de aula e Estágio Curricular Supervisionado do curso de Serviço Social da UFCG?

APÊNDICE 03

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O/a Sr./a está sendo convidado/a a participar da pesquisa “**Formação Profissional em Serviço Social do/a discente trabalhador/a: particularidades da UFCG Campus Sousa-PB**”. A pesquisa tem como objetivo geral Compreender as particulares da formação profissional em Serviço Social do/a discente trabalhador/a no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão, monitoria e Estágio Curricular Supervisionado da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). O estudo foi desenvolvido pela estudante Raênia Thaís Virginio de Sousa, do curso de Serviço Social do CCJS, sob a orientação do Prof. Me. André de Menezes Gonçalves, caracterizando-se como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

O pesquisador se compromete tratar com o devido respeito, procurando minimizar qualquer risco que possa ocorrer durante a pesquisa. Dessa forma, pedimos a sua colaboração, respondendo a um questionário e uma entrevista sobre o tema acima proposto que deverá ser gravada se o/a Senhor/a concordar participar. Garantimos que a pesquisa não trará nenhuma forma de prejuízo, dano ou transtorno para aqueles que participarem. Todas as informações obtidas neste estudo serão mantidas em sigilo e sua identidade não será revelada. Vale ressaltar, que sua participação é voluntária e o/a Senhor/a poderá a qualquer momento deixar de participar deste, sem qualquer prejuízo ou dano. Comprometemo-nos a utilizar os dados coletados somente para análise do estudo e os resultados poderão ser veiculados através artigos científicos e/ou revistas especializadas e/ou encontros científicos, congressos e outros, sempre resguardando sua identificação.

Todos os participantes poderão receber quaisquer esclarecimentos acerca da pesquisa e terão liberdade para não participarem quando assim não acharem mais conveniente. Contatos e esclarecimentos da pesquisa com o Prof. Orientador André de Menezes Gonçalves e com a pesquisadora Raênia Thaís Virginio de Sousa, (83)99119-4168 e raenia.t@gmail.com. Este termo está elaborado em duas vias, sendo uma para o sujeito participante da pesquisa e outra para o arquivo do pesquisador.

Eu, _____ tendo sido esclarecido/a a respeito da pesquisa, aceito participar dela.

Sousa-PB, ___ de _____ de 2018.

Participante

Pesquisadora